

# PEÇA ANTROPOLÓGICA

**QUE FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. APRESENTA AO CONGRESSO NACIONAL COMO ARGUMENTO FUNDAMENTAL PARA CONSUBSTANCIAR O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE RECURSOS HÍDRICOS PELA INSTALAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SERRA DA MESA EM ÁREA QUE FAZ PARTE DA TERRA INDÍGENA AVÁ-CANOEIRO, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 231, PARÁGRAFO 3º DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**

Elaborado pelo

Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro - IPARJ

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1995

## **INSTITUTO DE PESQUISAS ANTROPOLÓGICAS DO RIO DE JANEIRO**

O IPARJ é uma instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo pesquisar e produzir conhecimento sobre a cultura e a sociedade brasileiras através de sua história, sua diversidade étnica e seu potencial cultural.

### **DIRETORIA**

MERCIO PEREIRA GOMES - Presidente

CARLOS DE ARAUJO MOREIRA NETO - Secretário Geral

DARCY RIBEIRO - Diretor de Pesquisas

BERTA RIBEIRO - Diretora de Publicações

### **EQUIPE DE TRABALHO**

MERCIO PEREIRA GOMES

CARLOS DE ARAUJO MOREIRA NETO

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS

MARIA ELIZABETH BRÊA MONTEIRO

GISELE JACON DE ARAUJO MOREIRA

ELIANA MARIA GRANADO

DULCE MADALENA PEDROSO RIOS

ANDREA MIGUEZ ALVES



# SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2. DOS MOTIVOS PARA ESTA PEÇA ANTROPOLÓGICA</b>	<b>10</b>
Aspectos Inovadores desta Peça Antropológica	11
Considerações sobre o AHE Serra da Mesa	12
A Presença dos Avá-Canoeiro	14
As Providências Tomadas por FURNAS	19
Convênio FURNAS - FUNAI	21
As Leis, a Constituição e outras Motivações	23
<b>3. DO SER AVÁ-CANOEIRO: CULTURA E HISTÓRIA</b>	<b>27</b>
Os Avá-Canoeiro	28
História dos Avá-Canoeiro	30
Entradas, Bandeiras e Guerras	35
Os Massacres do Século XX	37
<b>4. DAS RAZÕES DOS AVÁ: POPULAÇÃO E TERRITÓRIO</b>	<b>41</b>
A População Avá-Canoeiro	42
Os Avá-Canoeiro no Século XX	45
Comparação com Povos Indígenas em Estado de Extinção	47
Os Avá-Canoeiro Autônomos	50
O Território Avá-Canoeiro	51
<b>5. DA AÇÃO DO ESTADO: O SPI e a FUNAI</b>	<b>59</b>
O Serviço de Proteção aos Índios - SPI	60
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	62
Contatando os Avá do Araguaia	63
Em Busca dos Avá do Tocantins	63
A Responsabilidade de um Contato Inesperado	65

<b>6. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>69</b>
Um Marco para o Desenvolvimento Sustentável	70
Nova Consciência Internacional	71
Formação da Sociedade Regional	72
Impulsos do Desenvolvimento Regional	74
Crescimento da População, Divisão Territorial e Economia Regional	77
Considerações sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins	82
O AHE Serra da Mesa, a Terra Indígena e os Avá	84
Por uma Prospectiva do Desenvolvimento Sustentável Regional	85
<b>7. DOS COMPROMISSOS DE FURNAS</b>	<b>88</b>
Considerações Finais	89
Compromissos	90
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>95</b>
<b>MAPAS:</b>	
Mapa da Confluência dos Rios Maranhão e Araguaia, 1811	3
Terra Indígena Avá-Canoeiro	18
“Carte du Pays des Canoeiros” - P. Rivet, 1924	31
Mapa da Capitania de Goyas, 1750	53
Território Avá-Canoeiro (Séculos XIX e XX)	58
<b>QUADROS:</b>	
I - Cronologia de Referência (1971-1998)	26
II - População Avá-Canoeiro (1700-2000)	44
III - Composição Percentual da População Rural e Urbana	81

# 1

# APRESENTAÇÃO

---

Esta Peça Antropológica constitui o argumento fundamental que FURNAS Centrais Elétricas S.A. apresenta ao Congresso Nacional para consubstanciar o pedido de autorização para aproveitamento de potenciais energéticos do alto rio Tocantins, a serem operados pela UHE Serra da Mesa, já em construção, em virtude de essa usina se localizar em, e provocar impactos globais sobre parte da área que compõe a Terra Indígena dos índios Avá-Canoeiro, situada nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, estado de Goiás. A motivação básica desse pedido se prende à exigência constitucional estabelecida no Artigo 231, parágrafo 3º, que reza:

*“O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.”*

Esta Peça Antropológica se baseia em pesquisa histórica, etnohistórica, antropológica e sociológica, cuja exposição é ordenada sem citações e referências acadêmicas. O texto que se segue procura delinear as motivações e os termos de compromisso de FURNAS Centrais Elétricas S.A. para com os índios Avá-Canoeiro. Argumenta a partir de uma visão de desenvolvimento econômico sustentável para a região, descreve as características gerais e singulares dos Avá-Canoeiro, analisa o quadro atual da relação entre esses índios e o AHE Serra da Mesa, e demonstra a história da presença desse povo indígena na região que será afetada pela referida hidrelétrica.

Os seguintes pontos desta Peça Antropológica merecem ser realçados:

- FURNAS Centrais Elétricas S.A. toma a iniciativa pioneira de apresentar ao Congresso Nacional o pedido de autorização para construção de uma usina hidrelétrica e instalação do AHE Serra da Mesa, reconhecendo de antemão a presença histórica dos Avá-Canoeiro no território que serve de base àquele empreendimento. Compromete-se a envidar todos os esforços em prol da sobrevivência e da reconstituição étnica do povo Avá-Canoeiro. Sua ação para-indigenista busca se pautar pelo respeito aos índios e pelo entendimento e colaboração com o órgão federal encarregado pela assistência aos índios, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.
- Os Avá-Canoeiro são considerados um povo indígena autônomo, de base cultural tupi, que nunca se deixou dominar, nem ser ‘pacificado’, nem restringido. Resistiu às investidas armadas do passado pela luta guerreira, depois pela estratégia de eludir as frentes pioneiras de expansão da sociedade brasileira que iam invadindo o seu território.
- Desde sempre eles vêm sendo atacados, massacrados, perseguidos e mortos e hoje estão em perigo de serem extintos.

- Atualmente dois grupos Avá-Canoeiro vivem sob a tutela da FUNAI. Um foi contatado em 1973 numa região conhecida como Mata Azul, em águas do rio Araguaia. Não demarcaram suas terras; ao contrário, foram transferidos para a ilha do Bananal. Eram nove pessoas: quatro morreram nos primeiros meses após o contato e um rapaz morreu, em 1993, vítima de envenenamento por manipulação inadequada de agrotóxico ao trabalhar numa fazenda vizinha. Hoje, somam dez membros, ao contarmos as crianças nascidas de casamentos mistos com índios Javaé e Tuxá. O outro grupo se apresentou ao contato em 1983. Eram quatro pessoas, acrescidas hoje de duas crianças que nasceram após o contato. Vivem ao lado de um posto indígena, na beira do rio Tocantins, a poucos quilômetros da usina em construção.

- Há ainda, presumivelmente, quatro outros grupos que vivem autonomamente, morando em terras que, por definição constitucional, devem ser consideradas como parte do território histórico dos Avá-Canoeiro. Um desses grupos foi visto no município de Unai, MG, a menos de 200 quilômetros do Distrito Federal. A partir de 1973, a FUNAI reconheceu e vem buscando demarcar oficialmente um segmento desse território como a Terra Indígena Avá-Canoeiro. É preciso que se conclua urgentemente a demarcação para que essas terras fiquem garantidas *ad perpetuum* aos Avá-Canoeiro.

- O AHE Serra da Mesa é uma expressão marcante do planejamento nacional de expansão de empreendimentos hidrelétricos no Centro-Oeste do Brasil. Destina-se tanto para ampliar a oferta de energia hidrelétrica para o país como para incentivar oportunidades de desenvolvimento econômico regional. Tal desenvolvimento pretende ser estável, permanente, não depredador, e proporcionador de melhores condições de vida para todos os habitantes da região. Ao deparar-se com a presença dos Avá-Canoeiro, FURNAS Centrais Elétricas S.A. optou por implantar uma estratégia de desenvolvimento sustentável que venha a proporcionar a estabilidade da usina hidrelétrica propriamente dita, dentro de condições ecológicas otimizantes, junto com a defesa do povo Avá-Canoeiro e a preservação das terras que envolvem o lago artificial formado, parte das quais são terras indígenas. Isso envolve uma atitude de respeito mútuo e um compromisso de parceria.

- Sendo o compromisso básico de FURNAS Centrais Elétricas S.A., ao construir a UHE Serra da Mesa dentro da Terra Indígena Avá-Canoeiro, a sobrevivência desse povo, e não só do grupo que hoje vive na terra reservada, ela se propõe orientar seus esforços e recursos nesse sentido. Essa determinação constitui a razão fundamental que, neste momento, pode justificar a utilização dos recursos hídricos daquela área mediante a autorização do Congresso Nacional e do Estado brasileiro através da FUNAI. A concordância dos índios, obrigação inerente aos termos da Constituição, deverá ser conseguida no momento em

que o povo Avá-Canoeiro, unificado e íntegro, tenha um conhecimento objetivo, claro e abrangente dos principais efeitos do empreendimento em questão.

- Esse compromisso deve durar por todo o período de operacionalidade do AHE Serra da Mesa, independente de quem seja ou venha a ser a gestora da hidrelétrica.
- Os termos desse compromisso devem ser pautados por critérios antropológicos e conduzidos numa relação de competência, boa fé e eqüanimidade.

Nos capítulos que se seguem esses pontos são apresentados e argumentados dentro do contexto dos motivos econômicos e desenvolvimentistas da implantação do AHE Serra da Mesa e da amplitude das relações do povo Avá-Canoeiro com a sociedade, a economia e o Estado brasileiros. Acreditamos que, firmados os compromissos expressos, se torna moralmente legítimo, perante os Avá-Canoeiro e perante a nação brasileira, a construção, conclusão, operação e implantação do AHE Serra da Mesa.

# 2

## DOS MOTIVOS PARA ESTA PEÇA ANTROPOLÓGICA

---

---

*Este capítulo revela o pioneirismo de FURNAS Centrais Elétricas S.A. ao apresentar esta Peça Antropológica para servir de argumentação fundamental para o pedido de autorização que faz ao Congresso Nacional para implantação e funcionamento do AHE Serra da Mesa. O principal motivo para este ato se prende à injunção constitucional, mas seu propósito se estende para compromissos permanentes com os Avá-Canoeiro. Nos últimos 20 anos, FURNAS tem se afigurado como um instrumento de incentivo econômico na região Centro-Oeste. A implantação do AHE Serra da Mesa constitui um marco não só enquanto projeto hidrelétrico, mas como forma possível de avanço social, pelo respeito e responsabilidade que ele confere em relação aos Avá-Canoeiro. Nesse sentido, foram formalizados convênios com a FUNAI e uma série de providências vêm sendo adotadas no intuito de ampliar a visão de assistência indigenista, com base na legislação em vigor. Os Avá-Canoeiro são apresentados em sua condição de povo autônomo vivendo disperso em pequenos grupos, isolados uns dos outros, habitando um território que precisa ser garantido para sua sobrevivência. Desses grupos, dois vêm sendo assistidos diretamente pela FUNAI e quatro outros presumíveis vivem autonomamente.*

---

---

## ASPECTOS INOVADORES DESTA PEÇA ANTROPOLÓGICA

É absolutamente pioneiro o ato que FURNAS Centrais Elétricas S.A. exerce presentemente ao apresentar esta Peça Antropológica como base fundamental de argumentação antropológica para o pedido de autorização que faz ao Congresso Nacional para a finalização e entrada em funcionamento do Aproveitamento Hidrelétrico Serra da Mesa, localizado, em parte, na Terra Indígena Avá-Canoeiro.

Outros casos de aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas já ocorreram no país, mas antes que a Constituição de 1988 determinasse procedimentos específicos para a matéria. A própria Usina Hidrelétrica Serra da Mesa teve sua construção iniciada antes da entrada em vigor da Constituição atual.

É a primeira vez que a autorização do Congresso Nacional é solicitada, conforme determinação da Constituição da República Federativa do Brasil em seu Artigo 231, parágrafo 3º. De acordo com a Constituição, a construção de uma hidrelétrica que afeta uma terra indígena exige autorização do Congresso Nacional. FURNAS, ademais, considera que tal empreendimento provoca alterações sócio-ambientais que demandam compensação.

Neste capítulo, esta Peça Antropológica historiará o projeto e a implantação do AHE Serra da Mesa, apresentando as providências tomadas por FURNAS para o cumprimento da legislação sobre populações indígenas e meio ambiente, e as iniciativas de ressarcimento ao povo Avá-Canoeiro que foram formuladas e estão em andamento.

Esse empreendimento ocupa e impacta a área interdita, denominada Terra Indígena Avá-Canoeiro, e outros territórios de presença tradicional dos Avá-Canoeiro, povo com características únicas pela situação limite em que tem vivido desde a década de 1920, chegando à beira do desaparecimento, e dando continuidade à sua cultura a despeito das perseguições e massacres de que tem sido vítima.

Essa situação dos Avá-Canoeiro exige mais do que compensações relativas a um território específico que está sendo afetado. Trata-se, na verdade, de tentar proteger um povo que a expansão da sociedade nacional tem ameaçado de extermínio completo, tanto mais que um empreendimento do porte do AHE Serra da Mesa tem meios de fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas regionais, as quais, a história mostra, reduzem ainda mais as condições de sobrevivência de povos indígenas.

Assim, a tomada de atitude no sentido de prover assistência ao povo Avá não decorre de um ato de generosidade nem é mera contingência das determinações da lei. Trata-se, de fato, de uma obrigação indeclinável do Estado em relação aos índios e seus direitos, consagrada na letra e no espírito da Constituição de 1988. Tais direitos só podem ser ampliados e consolidados na prática. Ao se comprometer com eles, FURNAS se imbuí da responsabilidade da Nação e do Estado.

A ação de defesa e proteção aos Avá é um modo da Nação respeitar esses direitos. Salvando esse povo, pode o Estado realizar efetivamente a conjugação entre o progresso do Brasil e a sobrevivência dos povos indígenas.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O AHE SERRA DA MESA

A expansão das atividades de FURNAS Centrais Elétricas S.A. para a região Centro-Oeste consolidou-se na década de 1970 com a construção da UHE Itumbiara, situada no curso médio do rio Paranaíba, na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás. Criada em 1957, no governo de Juscelino Kubitschek, como decorrência do Plano de Metas para a área de energia elétrica, FURNAS já adquirira experiência na construção e operação de outras usinas hidrelétricas, particularmente no aproveitamento dos recursos hídricos do rio Grande, outro formador do Paraná.

A Companhia Furnas Centrais Elétricas S.A. se estruturou para a construção da usina de Furnas, no rio Grande, iniciada no final da década de 1950, marco da intervenção direta e maciça do Governo Federal no suprimento de energia elétrica à região Centro-Sul, que compreendia parte dos estados do Espírito Santo e do Paraná, englobando os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Após aquela obra, uma das maiores do mundo na época, a Companhia se configurou numa das mais significativas estatais no Setor Elétrico brasileiro.

No final da década de 1970, com Itumbiara já construída e em operação, FURNAS foi autorizada, pela Portaria 2.130, de 15.10.79, a realizar estudos para o aproveitamento de trecho do rio Tocantins e seus afluentes visando a geração de energia elétrica. Esse trecho do Tocantins ficou definido entre suas nascentes e o paralelo 12° S.

Os estudos promovidos por FURNAS em parte antecederam e em parte correram simultâneos com a série de trabalhos de investigação do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, o PRODIAT. Este resultou de um convênio entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos assinado em 1980 e tornado efetivo em abril de 1981. Os estudos de que tratou o PRODIAT foram concluídos e publicados no segundo semestre de 1985.

Note-se que antes mesmo que as investigações do PRODIAT começassem, o governo federal já outorgava a FURNAS, através do Decreto 85.983, de 06.05.81, a concessão para explorar o potencial hidrelétrico do trecho definido pela Portaria de 1979.

Em 1982, FURNAS concluía o levantamento hidrelétrico do trecho, indicando a implantação de três UHEs no rio Tocantins (Serra da Mesa, Cana Brava e Peixe), abaixo do paralelo 12° S, e de duas no rio Paranã (Foz do Bezerra e S. Domingos), seu afluente da margem direita, enfatizando a UHE Serra da Mesa como opção prioritária e central dessa exploração de recursos hídricos, opção reiterada em 1983 por estudos que se seguiram quanto aos seus aspectos técnicos e econômicos.

FURNAS inseria-se, assim, numa tendência de direcionamento do desenvolvimento econômico para o Centro-Oeste brasileiro, deslanchada a partir da construção de Brasília. A geração de energia é uma base fundamental de suporte para a expansão que se verifica e que pretende o Estado brasileiro incentivar tanto no setor primário como no secundário, especialmente o de transformação mineral.

O AHE Serra da Mesa, cuja implantação teve início em 1986, foi planejado para ser composto por uma usina de porte médio, com uma potência instalada de 1.200 MW, situada numa região de população pobre e de expressivos recursos minerais como níquel e amianto já em exploração. A barragem e a usina estão situadas entre os municípios goianos de Minaçu e Colinas do Sul.

Na sua área de influência direta o projeto afetará, por motivo de inundação, cerca de 1.200 propriedades rurais, assim como parte da Terra Indígena (TI) Avá-Canoeiro. A infra-estrutura regional tem sofrido os efeitos das obras da hidrelétrica, demandando a reconstrução de trechos de rodovias, caminhos e redes de abastecimento local de eletricidade. Deve ser ressaltado que nenhum centro urbano será atingido.

O AHE Serra da Mesa poderá representar um importante fator de atração para um maior aproveitamento dos recursos minerais da região, o que pode trazer transformações no panorama econômico de sua área de influência, dominada por atividades pecuárias de pequeno porte e agricultura de subsistência.

A formação do reservatório da UHE Serra da Mesa inundará uma área de 1.784 km<sup>2</sup>, formando um lago longilíneo pelo transbordamento da calha do rio Tocantins, afetando os municípios de Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Cavalcante, Minaçu, Niquelândia e Uruaçu. O lago ocupará cerca de 10% da Terra Indígena Avá-Canoeiro.

A transmissão da energia a ser gerada demandará a construção de uma Linha de Transmissão com capacidade de 500 kV, ligando Serra da Mesa ao entroncamento de Samambaia, perto de Brasília, a 230 km de distância, havendo a possibilidade, para futuro, da instalação de outro circuito de igual capacidade. Ocorrerá ainda a relocação de uma de 230 kV, substituindo a que atualmente liga Serra da Mesa a Niquelândia, com 115 km de extensão. Elas atravessarão a terra indígena em 13 km de extensão, demandando uma faixa de servidão de 40 m de largura.

A programação atual do AHE Serra da Mesa prevê o fechamento dos túneis de desvio e conseqüente enchimento do reservatório para setembro de 1996. A entrada em operação comercial das unidades geradoras deverá se dar no prazo de quinze a dezoito meses, com previsão de que as linhas de transmissão já estejam instaladas.

Na medida em que FURNAS ampliava sua área de atuação, consolidando esse importante empreendimento no cerrado goiano, outros desenvolvimentos ocorriam na região e no país com os quais o AHE Serra da Mesa viria a se imbricar. Estes foram, por um lado, os relativos ao povo Avá-Canoeiro e, por outro, os derivados da dinâmica da legislação sobre meio ambiente e sobre povos indígenas no Brasil. Estando o projeto civil bastante avançado, o AHE Serra da Mesa encontra-se frente a uma injunção decorrente de exigência da nova Constituição no que se refere à terra indígena afetada.

## A PRESENÇA DOS AVÁ-CANOEIRO

A chegada de FURNAS à região do alto Tocantins deu-se com a autorização do Governo Federal para pesquisar o potencial hídrico do rio Tocantins e seus afluentes. Anos antes, a FUNAI, convencida da existência de Avá-Canoeiro autônomos na Serra da Mesa, dera início aos estudos visando a delimitação da Terra Indígena Avá-Canoeiro.

Ocorre que depois de quase cinco séculos eludindo a civilização, os índios Avá-Canoeiro, até então vivendo segundo sua própria cultura e convicção, se apresentaram em dois pequenos grupos, após anos de infrutíferas Frentes de Atração da FUNAI, sem falar das mais antigas Equipes de Pacificação do extinto SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Revelaram-se, provavelmente, por sentirem-se impossibilitados de continuar sobrevivendo pela fuga. Fizeram-se, assim, dispostos a enfrentar o incerto destino junto à gente civilizada.

Eis que, em 1973, foram contatados nove índios Avá na região do rio Araguaia pela FUNAI. Hoje, esse grupo, que sofreu a morte de cinco de seus membros originais, soma dez pessoas, contando crianças nascidas de relacionamentos mistos com índios Javaé e Tuxá. Vivem aldeados sob a assistência da FUNAI na ilha do Bananal, municípios de Cristalândia, Formoso do Araguaia e Pium, no estado do Tocantins.

Em 1983, dez anos depois, depararam-se de surpresa com um rapaz da região outros quatro índios, três mulheres e um homem, num local muito próximo aonde hoje se encontra o canteiro de obras da UHE Serra da Mesa. Duas crianças nasceram desde o contato e hoje vivem junto a um posto indígena da FUNAI, na beira do rio Tocantins, a alguns quilômetros a jusante da usina em construção.

Coincidentemente, o grupo Avá da Serra da Mesa estabeleceu contato regular com a sociedade regional no mesmo ano em que FURNAS, após o inventário hidrelétrico, optava pelo projeto Serra da Mesa como o mais apropriado para aproveitamento dos recursos energéticos da bacia do alto Tocantins. Um ano depois, em 1984, FURNAS dava início às obras para a implantação da UHE Serra da Mesa com a construção do canteiro/acampamento e estrada de acesso. Por outro lado, a FUNAI tratou de dar prosseguimento à instalação de um posto indígena permanente na área e conduziu, em 1985, à interdição da TI Avá-Canoeiro. A Portaria 1.850 da FUNAI, de 08.04.85, publicada no Diário Oficial da União aos 12.04.85, interditou para os Avá-Canoeiro uma área de 38.000 ha, envolvendo terras dos municípios goianos de Cavalcante e Minaçu.

É do conhecimento da FUNAI que existem atualmente, em alto grau de probabilidade, mais quatro grupos Avá-Canoeiro que permanecem autônomos. Eles somariam cerca de 35 indivíduos, segundo uma hipotética, mas abalizada, projeção a ser demonstrada no Capítulo 3 desta Peça Antropológica, que dá também uma caracterização da cultura e sociedade Avá-Canoeiro. Tais grupos ocupam regiões até pouco tempo periféricas às frentes de desenvolvimento econômico e foram ficando progressivamente mais acudados com o avanço da colonização do Centro-Oeste, a

construção de Brasília e a implantação de empreendimentos como o AHE Serra da Mesa. São considerados isolados pelos agentes da civilização, mas, desde seu ponto de vista, são autônomos, ou seja, vivem suas práticas culturais sem a ingerência de qualquer força exterior, conduzindo sua história por convicção própria.

A história dos Avá-Canoeiro remanescentes é o exemplo vivo do que ocorreu a inúmeros outros grupos que se extinguiram após incessantes guerras de extermínio ao longo dos séculos e que não deixaram sobreviventes após os massacres, nunca esclarecidos, no presente século. Esses massacres são, geralmente, resultado do embate com regionais, ansiosos por se assenhorar de terras e cheios de animosidade contra índios. Raras vezes são sequer investigados, e seus mandantes, punidos.

Vive-se, hoje, um dilema com relação aos índios Avá-Canoeiro de Serra da Mesa. Quando contatados em 1983, este AHE já estava programado e em início de execução. FURNAS, responsável pelo empreendimento, se viu frente a quatro índios isolados, representantes de todo um grupo étnico e sua cultura, que não poderiam ser minimizados como obstáculo ao empreendimento. Estes índios, por outro lado, desgarrados de outros grupos Avá-Canoeiro, apesar de gerarem duas crianças nestes últimos anos, se encontram frente ao perigo iminente de extinção, já que seus filhos não terão parceiros com os quais se casar, a não ser, naturalmente, fora do grupo étnico.

O risco iminente de extinção acelerou não só o processo de demarcação de uma terra indígena para os Avá-Canoeiro, mas também de ações voltadas para a atração de outros grupos ainda dispersos na região. O dilema da presença dos Avá-Canoeiro na área de construção de uma usina hidrelétrica imprescindível ao desenvolvimento nacional foi para FURNAS um desafio surpreendente: não só por causa do empreendimento em si, mas, sobretudo, pressionada pela opinião pública e por uma nova legislação indigenista, pela urgência de aprender a conviver e apresentar soluções às questões prementes advindas dessa presença inusitada. FURNAS teve que se dar conta de que a questão não eram os índios ali localizados há séculos, mas o empreendimento que modifica radicalmente sua situação de vida e os ameaça de extinção.

Apesar de estarmos vivendo nas últimas décadas um quadro de aumento demográfico entre os diversos grupos indígenas brasileiros, ainda é notório, em alguns casos, o efeito fatal da expansão das frentes de colonização sobre territórios comprovadamente indígenas. Este é o caso dos Avá-Canoeiro que tradicionalmente habitam as áreas ao longo do rio Tocantins. A população indígena no Brasil, em 1957, era de 120 mil indivíduos para 180 etnias. Hoje é de 280 mil, aproximadamente, para 220 grupos étnicos. Esses dados demonstram não apenas que os índios são permanentes

no Brasil, mas que vários grupos considerados extintos em meados deste século foram capazes de se reproduzir e prosseguir existindo com suas características culturais específicas.

Contatados há relativamente pouco tempo, é necessário prover as condições sociais e ambientais mínimas para que os Avá-Canoeiro possam, da mesma forma que inúmeros outros grupos indígenas do Brasil, superar o limite do risco de extinção e continuar suas vidas como comunidade específica e culturalmente diferenciada, o que é possível mesmo através do estreitamento de relações sociais, econômicas e políticas com a sociedade nacional. As duas crianças nascidas em 1987 e 1989, após o contato, já representam um aumento de 50% nesse pequeno grupo, porcentagem que apenas enfatiza o drama da sobrevivência desse povo.

A sobrevivência dos Avá-Canoeiro restantes como indivíduos é uma questão de humanidade. Porém, a sobrevivência dos Avá-Canoeiro como povo, como coletividade, é fundamental para o equilíbrio social e ideológico do Brasil. É o exemplo de um país que se pensa e se projeta no futuro como uma nação ímpar, específica; que reconhece *de facto* e *de jure* os direitos originários dos índios sobre seus territórios e o direito de continuarem sendo diferentes.

É necessário, entretanto, que estes indivíduos Avá-Canoeiro tenham, compensatoriamente, os elementos e oportunidades básicas para que isso ocorra. Que lhes sejam garantidos o ambiente e a terra que necessitam, ou seja, um território ecologicamente viável. Que lhes sejam propiciadas condições de saúde para que resistam às novas enfermidades introduzidas no contato com os brancos e àquelas que se desenvolvem em ambientes degradados ou radicalmente transformados. Que lhes sejam oferecidas condições sociais para que se reproduzam e possam reconstituir a comunidade, assegurando sua continuidade. Que prevaleça o respeito à diferença e a suas características culturais próprias.

# TERRA INDÍGENA AVÁ-CANOEIRO

— Terra Indígena Interditada  
AHE Serra da Mesa e Linha de Transmissão

■ PIN Avá-Canoeiro

□ Posto Indígena Abandonado

▲ Aldeia Indígena

■ Ocupantes não-índios

— Futura Represa

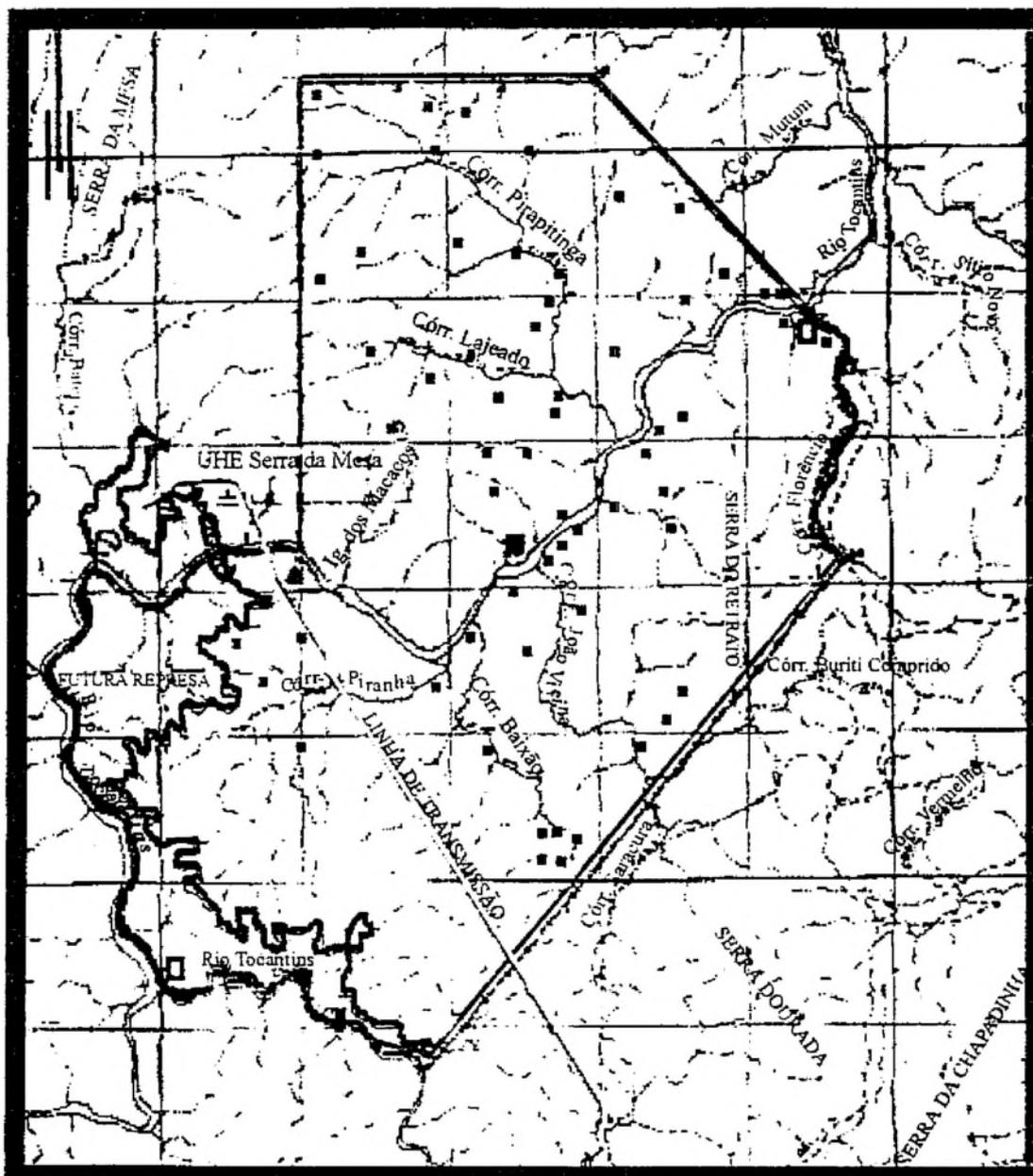
Município: Colinas do Sul e Minaçu

Estado: Goiás

Área: 38.000 ha

Escala: 1:200.000

Obs: Foram utilizadas as Plantas de Identificação (DPI) e de Levantamento Fundiário (DAF) da FUNAI/INCRA, de 24.09.84 e de 02.02.95, respectivamente.



FURNAS está, assim, comprometida, através do empreendimento de geração de energia de Serra da Mesa, tanto com a proteção de uma terra indígena quanto com a preservação de um povo. Esse compromisso é permeado e extravasa o quadro de referência legal em que o empreendimento se situa.

## AS PROVIDÊNCIAS TOMADAS POR FURNAS

As ações adotadas por FURNAS seguem a tendência atual do Setor Elétrico de ampliar sua atuação além de uma concepção físico-jurídica das questões de implementação de uma usina hidrelétrica. Assim, o AHE Serra da Mesa, marco inicial do aproveitamento do potencial hídrico da bacia do alto Tocantins, além de abastecer o mercado de energia elétrica do sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste (entrando em operação em 1998), poderá favorecer o desenvolvimento econômico da região.

Os cuidados com a questão ambiental estão detalhados no “*Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa*”, onde se esclarece o conjunto de medidas adotadas por FURNAS no sentido de mitigar, prevenir e/ou compensar os impactos ambientais advindos das transformações ocasionadas pela implantação do AHE Serra da Mesa. Tais medidas abrangem ações voltadas para a área ambiental (17 programas), considerando para o meio físico-biótico nove programas e para o sócio-econômico oito programas.

Os programas para o meio físico-biótico se dedicam a aspectos como o monitoramento da qualidade da água e da ictiofauna, até o acompanhamento da exploração mineral, a conservação da fauna e da flora e a limpeza da Bacia de Acumulação. O que particulariza esses programas é o acompanhamento da exploração mineral - atividade constante na área, especialmente o garimpo de ouro de aluvião, com uso do mercúrio - que tem por objetivo, entre outros, bloquear novos requerimentos de pesquisa e a assinatura de Termos de Renúncia das já autorizadas, visando impedir a contaminação do reservatório. Todos esses programas são conduzidos com o acompanhamento ou através de convênio com instituições especializadas, tais como universidades, DNPM e IBAMA.

Entre os programas para o meio sócio-econômico estão: comunicação social, remanejamento e monitoramento da população afetada, relocação da infra-estrutura regional, saúde pública, gestão da questão indígena, levantamento e

resgate do patrimônio arqueológico-histórico-cultural e do patrimônio arqueológico pré-histórico, e o monitoramento das atividades sócio-econômicas e culturais da área de influência indireta. O que mais caracteriza esse empreendimento em termos sócio-econômicos, em comparação com outros da mesma natureza, é que a formação do reservatório não atingirá aglomerados ou núcleos populacionais significativos.

Se o impacto sobre a população regional, decorrente da construção do empreendimento e das transformações permanentes do meio ambiente necessárias para sua consolidação, pode resultar, pelas ações compensatórias conseqüentes, em uma relação custo/benefício propícia, já para os grupos indígenas essas ações comumente não servem. Menos ainda quando se trata de um grupo indígena em risco de extinção, onde a maioria de seus grupos permanece autônoma. Este é, talvez, o grande desafio ao AHE Serra da Mesa. Não é possível, nesse caso, apenas computar valores, encontrar equivalências monetárias e detectar impactos ressarcíveis ou passíveis de regeneração. A situação é ainda mais complexa porque não há sequer a possibilidade de um diálogo franco e respeitoso em relação às demandas dos impactados. A comunicação não se estabelece sem que ambas as partes compartilhem de valores e signos básicos semelhantes ou mutuamente comunicantes, e não é justo quando uma das partes, no caso os Avá, desconhece a natureza do significado e suas conseqüências.

Assim, FURNAS se viu frente a um dilema, representado, a princípio, por quatro pessoas, depois seis e, quem sabe, amanhã, nove, quatorze... Impossibilitada de partir da quantificação, sujeita à legislação indigenista, à tutela da FUNAI, à opinião pública e, hoje, também à Constituição, começou a trilhar o caminho inevitável da comunicação, reconhecendo a especificidade do outro, sua diferença e a necessidade de se tornar apta a conhecê-lo e respeitá-lo. FURNAS reconheceu que estava atuando em terra indígena, que aquele pequeno grupo é representativo de uma comunidade mais ampla. Tratou de capacitar-se para atender, primeiro, à situação emergencial desses índios, em seguida, implementando ações referentes à demarcação e à compensação territorial e programas de assistência. São ações contínuas e não-segmentadas, com acompanhamento de especialistas qualificados, que marcam a disposição de FURNAS em atender às suas obrigações constitucionais.

## CONVÊNIO FURNAS-FUNAI

Em 1986, FURNAS dá início às obras do AHE Serra da Mesa, instalando canteiro de obras e acampamento às margens do rio Tocantins, distante apenas 5 km do local onde a FUNAI mantinha um Posto Indígena de Atração, onde já se encontravam os quatro índios contatados em 1983 e que visava a atração de outros Avá-Canoeiro dispersos na região. Os riscos decorrentes da utilização de maquinário pesado e de explosivos nas obras, assim como da presença de aproximadamente um mil trabalhadores no acampamento da usina, era agravado pelas constantes visitas dos quatro índios contatados ao canteiro de obras.

Após várias negociações, FURNAS assina o primeiro convênio com a FUNAI, a 25 de novembro de 1986, objetivando o afastamento dos quatro índios Avá-Canoeiro das proximidades do canteiro de obras de usina. FURNAS se compromete a ressarcir a FUNAI dos valores referentes à construção de alojamento e unidades habitacionais para os índios, dar apoio logístico para a transferência do Posto e para a realocização e assentamento dos índios. A FUNAI, por sua vez, fica encarregada de proceder à realocização dos índios já contatados e de tomar providências para atrair e proteger os índios desaldeados.

Em janeiro de 1987, a FUNAI comunica o local escolhido para o novo Posto Indígena de Atração, distante 35 km das obras de aproveitamento hidrelétrico de Serra da Mesa. Três meses depois, a FUNAI cria o Posto Indígena Avá-Canoeiro e interdita a Área Indígena Avá-Canoeiro, identificada desde 1984. Já em fins de 1987, a FUNAI reata negociações com FURNAS no sentido de conseguir pagamento de indenização à comunidade Avá-Canoeiro, tendo em vista que as obras da Usina Serra da Mesa adentram a área indígena identificada.

Em 29.06.92 foi assinado novo convênio entre FURNAS e FUNAI com o objetivo de estabelecer formas de compensação à comunidade indígena Avá-Canoeiro. Nesse convênio, são definidos formas e métodos de ação através de: um Projeto Emergencial de Localização e Contato Avá-Canoeiro; a compensação dos 10% perdidos da área que será inundada com parcela igual de terra contínua; a regularização fundiária, indo até o registro definitivo, da Terra Indígena, de acordo com a legislação em vigor; e, finalmente, um Programa Avá-Canoeiro que possibilite ensejar as bases concretas para o equilíbrio sócio-cultural dos Avá já contatados e dos que porventura o venham a ser.

O AHE Serra da Mesa atinge não apenas os Avá-Canoeiro já contatados mas uma região onde há fortes evidências da presença de outros grupos autônomos. Parte de seus territórios será direta ou indiretamente atingida. Há agentes modificadores dentro do território ou terra indígena, como barragens, estradas e linhas de transmissão. Esses impactos têm um peso quase tão grande quanto aqueles provocados pelo parâmetro do reservatório a ser formado.

É necessário, portanto, que se considere como global, pela abrangência que envolve, e não só como direto ou indireto, o conceito de impacto da construção de uma usina hidrelétrica sobre um povo indígena como os Avá-Canoeiro. Isto significa incluir na avaliação dos impactos sociais e ambientais todas as fases de atividade, desde as iniciais (inventário e viabilidade do empreendimento) até a finalização e operação da usina, projetando as ações compensatórias num tempo futuro de atividade operacional. O sentido de global implica, também, o entendimento de que os impactos são multi-facetados e atingem populações de uma forma integral, global.

O que há de específico na interferência junto à terra dos índios Avá-Canoeiro é que há um risco de extinção física ou étnica do grupo atingido. Além disso, a situação de desigualdade no contato é enorme, já que esse grupo, por haver-se mantido autônomo durante longos anos, desconhece a complexidade da sociedade nacional e as formas de sua dominação, e não pode, coletiva ou individualmente, enfrentá-las com a firmeza necessária. Qualquer relacionamento da sociedade envolvente com esses índios será sempre desigual.

A surpresa de FURNAS com aqueles quatro índios presentes na área em que projetava construir uma usina hidrelétrica apressou-a a adotar medidas imediatistas e essenciais que, agora, racionalizadas, após algum tempo de relacionamento, podem ser efetivadas como compromissos mais permanentes para com esses índios. Além do convênio estabelecido com a FUNAI, FURNAS tratou de estabelecer sua própria equipe no Setor de Meio Ambiente, que acompanha todos os projetos implementados na terra dos Avá-Canoeiro.

Os diversos subprogramas em andamento dedicam-se à saúde, garantindo a integridade física dos Avá; à demarcação e regularização fundiária; ao meio ambiente e à vigilância de limites da terra indígena, tratando de preservá-la da invasão por parte de garimpeiros e posseiros; e à auto-sustentação, com o objetivo de garantir a melhoria das condições de subsistência da comunidade. Os programas estão sendo elaborados com base em informações que vêm sendo obtidas dia a dia do grupo indígena da Serra da Mesa. FURNAS tem se aliado a outras instituições para a condução desses

programas, a exemplo da FIOCRUZ, no âmbito da saúde; do IPHAN e do IBAMA, para resgate arqueológico; e a FUNAI através do convênio já mencionado. Nesse processo, surgem novos dados que, no decorrer da execução dos programas, poderão conduzir a ações que se mostrarem viáveis e que melhor correspondam às necessidades fundamentais dos Avá-Canoeiro.

Há, ainda, o subprograma de educação indígena que, associado, ao de documentação e memória, permite aos índios, por um lado, obter informações e atender sua curiosidade sobre a sociedade nacional; e à sociedade nacional, por outro, dispor de documentação e informações sobre os Avá-Canoeiro. Finalmente, cabe ressaltar o subprograma de reconstituição do povo Avá-Canoeiro, cujos primeiros passos são dados pelo empenho que as equipes da FUNAI e de FURNAS dedicam à localização dos grupos Avá-Canoeiro autônomos, colocando em campo duas equipes para esse fim.

FURNAS reconheceu a presença permanente dos índios; se comprometeu junto à FUNAI com a demarcação da Terra Indígena, assumindo uma realidade inevitável e perene; e criou sua própria equipe para tratar do assunto. Além da FUNAI, não há outro órgão, no momento, qualificado e comprometido com os interesses dos Avá-Canoeiro, capaz de encarnar o sentimento de responsabilidade da Nação, viabilizando, pela conceituação de uma justiça compensatória-retributiva, a reconstituição desse povo e garantindo sua especificidade cultural e étnica.

## AS LEIS, A CONSTITUIÇÃO E OUTRAS MOTIVAÇÕES

A relação do empreendimento de geração de energia de Serra da Mesa com o povo Avá e com a Terra Indígena Avá-Canoeiro é balizada tanto pela legislação específica a respeito de povos indígenas quanto pela legislação ambiental. Em ambos os casos tem havido alterações desde que FURNAS passou a se envolver com a exploração de recursos hídricos no alto Tocantins.

Um importante marco da legislação ambiental é datado de 1981, dois anos depois que FURNAS recebeu do Estado autorização para realizar estudos na região em pauta. Trata-se da Lei 6.938, que definiu o ambiente como “patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”, e que reconheceu ao Ministério Público da União e dos Estados legitimidade para promover ações de reparação de danos ambientais.

Em 1985, a Lei 7.347 ampliou e avançou essas preocupações, garantindo condições para a defesa do meio ambiente, e bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; garantiu às associações que visassem a defesa desses direitos a legitimidade para representá-los; permitiu ações visando a reconstituição dos bens afetados e, mais ainda, a prevenção de que venham a ser destruídos ou deteriorados.

Foi com base nessa legislação que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) passou a regulamentar um conjunto de atividades passíveis de causar impactos ambientais, aí incluídas as obras de exploração de recursos hídricos. Assim, a Resolução nº 1 de 1986, passou a exigir o estudo de Impacto Ambiental para a autorização de empreendimentos desse tipo. Já a Resolução nº 6 do CONAMA, de 1987, estabeleceu correspondência entre as etapas de desenvolvimento de projetos hidrelétricos e o licenciamento ambiental, definido este como prévio, de instalação e de operação.

Quanto à legislação sobre os povos e terras indígenas, o período que vai do início do envolvimento de FURNAS com o alto Tocantins até o presente foi marcado por importantes alterações, uma das quais diz respeito à exploração de recursos hídricos em terras indígenas.

Quando, em 1983, FURNAS optou pelo projeto de implantação do AHE Serra da Mesa, os assuntos indígenas estavam legalmente definidos pela Constituição de 1969, outorgada pelo Ato Institucional nº 1, que definia como sendo da União as terras indígenas, garantia aos índios a posse permanente desses territórios, os quais eram definidos como inalienáveis, e reconhecia aos índios a ocupação das terras por eles habitadas.

Com base na Constituição de 1969, o Congresso aprovou, em 1973, a Lei 6.001, conhecida como o Estatuto do Índio. Essa legislação não era clara quanto aos procedimentos e providências a serem tomados quando a expansão da infra-estrutura das regiões e do país afetasse as terras indígenas. As situações que ocorriam iam sendo resolvidas *ad hoc*, implicando negociações entre as empresas envolvidas e a FUNAI. Em alguns casos, como no da Estrada de Ferro Carajás e no do Polonoroeste, foram estabelecidos mecanismos visando o ressarcimento das populações indígenas afetadas. Isso se fazia antes por pressão internacional exercida através de bancos multilaterais, do que por previsão da legislação brasileira.

Essa situação sofreu uma grande modificação com a Constituição de 1988. Esta determina explicitamente no item 3 do Art. 231 que “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas

minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados das lavras, na forma da lei”.

Assim, a implantação do AHE Serra da Mesa transcorreu, nos primeiros estágios, no âmbito de uma legislação sobre assuntos indígenas, enquanto sua conclusão e início de operação ocorrem no âmbito de uma legislação nova, mais específica quanto a empreendimentos desse tipo.

A relação de FURNAS com essas legislações efetivou-se primeiramente com as determinações a respeito do meio ambiente. Assim, em 1987, atendendo à Resolução nº 6 do CONAMA, FURNAS apresentou seu relatório de impacto ambiental (RIMA) para a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás (FEMAGO). Embora a citada resolução isentasse empreendimentos em andamento de licenças prévias e de instalação, o AHE Serra da Mesa recebeu da FEMAGO, em 1990, a Licença Prévia. Visando no futuro obter a Licença de Instalação, foram desenvolvidos programas ambientais, implicando a formalização de diversos convênios, inclusive com a FUNAI.

Após a promulgação, em 1988, da nova Constituição da República Federativa do Brasil, um novo acontecimento colocou em cheque o AHE Serra da Mesa com a TI Avá-Canoeiro: a necessidade de autorização da FUNAI para a instalação de uma linha de transmissão entre a usina hidrelétrica e Niquelândia que corta a terra indígena numa extensão de 13 km.

Esta nova obra chamou a atenção da FUNAI e do Ministério Público Federal para o cumprimento, por parte de FURNAS, dos termos da Constituição. Eis o motivador imediato da ação que ora FURNAS toma para si. Porém ela não se limita às exigências de natureza legal e, reconhecendo sua responsabilidade para com o povo Avá-Canoeiro, vem tomando, ao longo dos anos, o conjunto de providências acima descritos para sua defesa e sobrevivência.

Assim como o AHE Serra da Mesa, é importante ressaltar que qualquer outro empreendimento hidrelétrico previsto para o rio Tocantins que venha a afetar a Terra Indígena Avá-Canoeiro, tal como o AHE Cana Brava, deverá se inserir dentro do contexto de obrigações e compromissos assumidos por FURNAS Centrais Elétricas S.A. com o povo Avá, descritos nesta Peça, além de extensões a estes mesmos compromissos que vierem a ser definidas em função da natureza dos novos impactos. Igualmente importante é pautar as novas e possíveis ações por critérios que estejam sempre em harmonia e compatibilidade com as estratégias e procedimentos já adotados para o AHE Serra da Mesa.

## QUADRO I

### CRONOLOGIA DE REFERÊNCIA

1971-1998

	AVÁ-CANOEIRO	UHE SERRA DA MESA	LEGISLAÇÃO
1971	FUNAI - Frente de Atração		
1973	Terra Indígena - Estudos Identificação. Contatados 9 índios Avá no Araguaia.		Lei 6.001
1979		FURNAS - Estudos Autorização	
1981		FURNAS - Concessão	Lei 6.938
1982		Inventário Hidrelétrico	
1983	Contato com 4 índios Avá no Tocantins.	Indicação Serra da Mesa	
1984		Início das Obras	
1985	Interdição TI Avá		Portaria FUNAI nº 1850/E Lei 7.347
1987	Nascimento menino Avá no Tocantins	Conclusão RIMA	Resolução 006 CONAMA
1988			Constituição de 1988
1989	Nascimento menina Avá no Tocantins		
1990		Licença Prévia	
1991		Programas Ambientais	
1992	Convênio FURNAS/FUNAI		
1993	Reativação Frente de Atração		
1995	Pedido de autorização à FUNAI	Linha de Transmissão	
1996		Enchimento do Reservatório	
1998		Entrada em operação	

# 3 DO SER AVÁ-CANOEIRO: CULTURA E HISTÓRIA

---

---

*Trata este capítulo de caracterizar quem são os Avá-Canoeiro, demonstrar a sua presença na história de Goiás e sua resistência como povo indígena autônomo. A cultura Avá-Canoeiro é hipoteticamente reconstituída pelos poucos dados obtidos dos dois grupos que mantêm contato com a sociedade brasileira, bem como por comparação etnológica com povos indígenas assemelhados. Os Avá constituem um povo com tradição Tupi, por sua religião, modo de produção e sociedade, bem como por sua língua. Habitam o cerrado goiano, mas especificamente as águas do rio Tocantins. Seu cognome canoeiro advém de sua destreza em manejar suas ubás nas correntezas daquele rio. Sua história é analisada pela filtragem dos dados fornecidos por cronistas, bandeirantes, militares, religiosos e fazendeiros, quase todos vendo os índios pela ótica do colonizador e esbulhador de terras. História trágica, na perda de população e de território. Os Avá-Canoeiro estão hoje em perigo de extinção. Sofreram perseguições desde o século XVIII e ainda na década de 70 foram vítimas de massacres perpetrados por fazendeiros regionais. Fica demonstrada a legitimidade dos Avá-Canoeiro às terras em que vivem e à área reservada pela FUNAI.*

---

---

## OS AVÁ-CANOEIRO

Os Avá-Canoeiro constituem um povo indígena que fala uma língua própria, pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco lingüístico Tupi. O cognome *canoeiro* lhes foi dado desde o século XVIII e se deve à sua conhecida habilidade para navegar canoas e ubás nas correntezas do rio Tocantins. O nome *avá* lhes foi consignado pela FUNAI, a partir da década de 1970, quando já era sabido a sua filiação com povos Tupi, muitos dos quais usam esse termo para significar “homem” e, por extensão, “humanidade” ou “povo”. Na verdade, o termo próprio na língua dos Avá-Canoeiro para se autodesignar é *áwa*, que tem o mesmo significado anterior. Porém, mantemos a designação Avá-Canoeiro já que é a mais conhecida neste momento.

A cultura e a sociedade Avá-Canoeiro são muito pouco conhecidas na literatura antropológica, pois não há nem nunca houve descrições etnográficas sobre eles. Podemos deduzir, do conhecimento comparativo sobre tantos outros povos da tradição Tupi, e do que sabemos dos dois grupos Avá contatados, alguns traços básicos que expliquem esse povo, ou ao menos fundamentem a sua tenaz determinação para sobreviver.

Em relação aos povos Tupi-Guarani, os Avá-Canoeiro são mais próximos lingüisticamente dos Tupi originários do baixo Tocantins-Araguaia, como os Suruí, Parakanã, Asurini, Amanayé, Guajajara e, especialmente, os Tapirapé. Provavelmente também seriam mais assemelhados culturalmente com os Tapirapé, pois estes, como os Avá, habitam uma região de cerrado. É como se esses dois povos Tupi tivessem migrado do baixo Tocantins-Araguaia algum tempo antes de 1500, um subindo o Araguaia e indo se localizar na região do rio Tapirapé; e os Avá subindo o Tocantins e indo se localizar no seu curso alto. Em ambos os casos, suas culturas se adaptaram às condições ecológicas de cerrado com floresta de galeria. Desse ponto de vista são considerados dois raros casos de intrusão Tupi na zona ecológica do cerrado, considerada como área típica dos povos de fala e cultura jê.

Se assim é, podemos considerar a cultura Avá-Canoeiro como mantenedora de uma forte tradição religiosa, alicerçada por rituais de cura e pajelança, pelo uso do tabaco, e por mitos que falam de tempos e lugares onde a vida era mais rica, tranqüila e melhor de se viver. A religião, assim como no caso dos povos Guarani, seria um dos principais motivadores da resistência étnica dos Avá. Essa hipótese é razoável na medida em que se pode verificar a sua intensa atuação entre o pequeno grupo Avá que vive na beira do rio Tocantins.

Os Avá deviam praticar uma agricultura típica de floresta tropical, com forte ênfase no plantio e fabrico da farinha de mandioca e no cultivo de milho, do qual deviam ter uma variedade bastante grande, pois certamente teriam tomado emprestado espécies plantadas por povos Jê. O milho é, comprovadamente, o último cultígeno que se abandona, quando uma sociedade deixa de ser agricultora e passa a viver exclusivamente da caça e da coleta de frutos e raízes silvestres. Ainda hoje os grupos Avá conhecidos têm um conhecimento bastante alto do plantio de milho. A caça e, especialmente, a pesca deviam compor a quota necessária de proteína animal. Ser canoeiro já implica uma dependência muito grande do rio.

Igualmente importante para explicar a sobrevivência dos Avá-Canoeiro seria a capacidade de sua cultura, como de resto de outros povos Tupi-Guarani, como os Guajá, Urubu-Kaapor, e os próprios Guarani, de ser vivida, carregada, mantida na memória, lembrada e exercida por não mais que um pequeno grupo de pessoas. Dessa forma, pequenas aldeias ou mesmo pequenos grupos familiares podem sobreviver tempos de dureza e perseguição sem prejuízo da preservação cultural. O contrário se dá com povos Jê que geralmente necessitam de um número mínimo de pessoas para ativar a sua cultura nos seus rituais fundamentais.

Socialmente, os Avá deviam ter aldeias com população não muito grande. Certamente uma aldeia em tempos pré-bandeirantes com 300 habitantes seria de bom tamanho. Calculamos que uma média ponderável seria de 250 pessoas. Na medida em que as doenças e os ataques de forças militares e fazendeiros começaram a acontecer com frequência e intensidade, essas aldeias foram ficando menores. Por volta de meados do século passado, talvez elas ficassem na média de 150 pessoas. A partir daí e até a década de 1920, a média populacional das aldeias Avá talvez ficasse entre 80 e 100 membros. Daí em diante, esse número alcançaria, provavelmente, 60 membros por aldeia. Cada aldeia *mater* podia se dividir em aldeotas constituídas por famílias nucleares ou extensas em determinados períodos do ano. Assim, pequenos grupos de Avá foram se acostumando a passar longos períodos longe de outros grupos, mantendo sua cultura e sobrevivendo. Eis uma das bases da sua resistência étnica.

## HISTÓRIA DOS AVÁ-CANOEIRO

A história dos Avá-Canoeiro é conhecida desde as primeiras incursões de bandeirantes no planalto goianense, a partir de fins do século XVII. É contada quase que exclusivamente pela ótica da sociedade dominante, pois seus cronistas são predadores de índios, escrivões de polícia, governadores de província, chefes militares, religiosos e fazendeiros. Só com um excepcional indianista e humanista, que foi governador da então província de Goiás, José Vieira Couto de Magalhães, autor de *Viagem ao Araguaia, O Selvagem* e outros livros, e com os antropólogos teuto-brasileiros Curt Nimuendaju e Herbert Baldus, na década de 1930, é que os Avá-Canoeiro começam a ser descritos como seres humanos portadores de uma cultura digna de viver. É com bases em todos esses textos, contra e a favor, que tentaremos delinear os caminhos percorridos pelos Avá-Canoeiro até o presente.

Apesar de as primeiras entradas ao território Avá-Canoeiro terem vindo do sul, pela gana do ouro, as primeiras informações que traçam um certo perfil desses índios vêm do norte, de Belém do Pará, fundada em 1616, uma porta de entrada mais oficial e estratégica para a Coroa portuguesa. Sabe-se que, nessa ocasião, havia nas ilhas, na terra firme da foz do Amazonas e na região do baixo Tocantins densos aldeamentos Tupinambá, o principal povo de fala Tupi-Guarani e que teve enorme influência na cultura rural brasileira. A ocupação pioneira do vale do Tocantins faz-se à custa do domínio e escravização sobre esses e outros grupos Tupi, como os Pacajá, Anambé e Amanayé.

Na bacia do Araguaia-Tocantins os grupos de tradição Tupi concentravam-se densamente nas margens do curso inferior desse último rio. A montante da confluência dos dois rios, toda a região de ambas as bacias é maciçamente dominada por grupos de tradição Jê: Gaviões, Apinagé, os vários grupos Kayapó, Krahô, Krikati, Xavante e Xerente. Excetuam-se os Karajá, conhecidos índios de tradição ribeirinha, com seus subgrupos que se dispõem às margens do Araguaia, os Tupi Suruí, de um subafluente do Tocantins, o Sororó, cujas nascentes, onde se situam os índios, se encontram próximas do curso do Araguaia, e os Tupi Tapirapé, no rio de igual nome, afluente da margem esquerda do Araguaia, na altura da ilha do Bananal. Os Avá-Canoeiro se localizam historicamente desde as ilhas situadas na confluência do Araguaia-Tocantins, subindo o Tocantins e englobando os seus principais afluentes de ambas as margens até o seu mais alto curso.



Nessa região, Nimuendaju, ao compor o seu conhecido *Mapa Ethnohistórico* dos povos indígenas do Brasil, indica outros grupos Tupi, os Aricobé e os Tupinambá, já extintos, nas cabeceiras do Manoel Alves e do rio Palma. Esses índios Aricobé e Tupinambá nada têm a ver com a região ou com a tradição cultural dos índios do Tocantins, a despeito de sua localização nas cabeceiras de afluentes da margem direita daquele rio. São originários da bacia do São Francisco bahiano e, com toda a probabilidade, são grupos destacados dos Amoipira, ramo dos Tupinambá do litoral da Bahia, que se localizaram na área do São Francisco, talvez ainda no século XV, segundo Alfred Métraux. Os Aricobé e Tupinambá extinguíram-se durante o século XIX e não há qualquer evidência de origem, contato ou similitude cultural com os Avá-Canoeiro, que não seja a filiação lingüística comum.

Na sua monografia sobre os Tapirapé, Herbert Baldus refere-se aos Avá-Canoeiro como um grupo que havia sido identificado por Couto de Magalhães, na primeira viagem ao Araguaia (1863), como descendentes dos Carijó, trazidos de São Paulo no século XVIII pelos bandeirantes. Paul Rivet e Curt Nimuendaju, usando argumentos lingüísticos e os testemunhos de viajantes como Cunha Mattos, reafirmaram a hipótese de que eram, originalmente, Carijó. Dentro dessa mesma visão mitificadora, os Avá-Canoeiro também teriam sido índios que se miscigenaram com quilombolas, ex-escravos fugidos. Daí serem chamados, às vezes, de índios “cara-preta”, por sertanejos e regionais até bem recentemente.

Um reexame da questão pelo lingüista Aryon Rodrigues, com base em elementos lingüísticos mais detalhados, conduzem à convicção de que a língua dos Canoeiros de Couto Magalhães seria essencialmente a mesma que a dos atuais Avá-Canoeiro, a qual é nitidamente distinta dos dialetos Guarani, entre as quais se situaria a língua dos antigos Carijó. Aryon Rodrigues lista os Avá num subconjunto de línguas Tupi-Guarani que incluem estes índios, os Asurini do Tocantins (Akuawa), os Parakanã, os Suruí e os Guajajara e Tembé.

Uma das fontes mais importantes para o estudo da história de Goiás e, especialmente, a do Tocantins, é a obra do brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, comandante das armas da província de Goiás (1823-26). Entre os seus escritos mais importantes figuram a *Chorographia historica da Provincia de Goyaz*, 1824, *Corografia historica da Provincia de Minas Gerais*, 1837, e principalmente, pelo interesse que tem para os índios Avá-Canoeiro, o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas provincias de Minas Gerais e Goiaz*, publicado em dois volumes em 1836, descrevendo a viagem que realizou dez anos antes. Nesse texto há muitas informações sobre aqueles índios que serão rapidamente expostas a seguir. Fica claro, nesses

depoimentos, o ânimo absolutamente hostil e odiento da população regional quanto a esses índios, culpados por todos os crimes, incidentes e atraso da região, que aterrorizavam com suas correrias e atentados.

Esse foi, aliás, um dos argumentos usados por Cândido Mendes de Almeida em seu *Memorial a favor dos direitos do Maranhão sobre a região de Carolina*. Embora essa região do Tocantins ficasse mais próxima da capital goiana do que São Luís, o caminho usualmente percorrido por terra de Vila Boa a Porto Imperial, isto é, a estrada de Amaro Leite, estava interdita pela hostilidade permanente dos Avá-Canoeiro. A despeito da eficácia relativa ou da permanência dessa hostilidade, o fato é que o consenso regional em relação aos Avá-Canoeiro como bárbaros “irreconciliáveis”, nas palavras do presidente da província de Goiás, Santos Azevedo, indicava em relação aos mesmos uma única política: a da repressão armada e do extermínio.

Em 1875, quando era Diretor do Serviço de Catequese no vale do Araguaia, Couto de Magalhães elaborou uma *Memória sobre Colônias Militares, Nacionaes e Indígenas*, com a intenção de ser um projeto de reformar e reativar as colônias militares como meios práticos e adequados para dinamizar a colonização nos vales do Araguaia e Tocantins, afastando os empecilhos ao desenvolvimento, representados, entre outras causas, por grupos indígenas hostis. A solução para os graves problemas que afetavam essas colônias seria retornar ao tipo antigo das companhias de pedestres, em que soldados e sertanejos se fixariam nas terras permanentemente e nelas abririam fazendas e povoados.

Até o fim do Império, o padrão básico de ocupação dos vales do Araguaia e Tocantins foi apoiado por uma rede de presídios e colônias de natureza ou, pelo menos, de forte influência militar que se dispunham nas margens do Araguaia e do Tocantins.

Em que pesem as boas intenções e a dedicação do brigadeiro Couto de Magalhães aos índios, os presídios e colônias militares, como peças importantes nos esforços oficiais de colonização da região, foram erigidos sob uma ótica explicitamente repressiva contra as populações indígenas.

Em 1879, o governo da província de Goiás cogitou construir um presídio em Acaba Vida, um conglomerado de serras cujos colonos temiam os Avá-Canoeiro que por lá se movimentavam. Esse presídio ainda hoje permanece na memória histórica dos regionais. Mas a presença dos Avá-Canoeiro nessa região persistiu: em 1889 foi registrada em documento e no início deste século os Avá continuavam vivendo a

sudeste de Niquelândia, no local conhecido como Boca da Mata, bem próximo das serrarias do Acaba Vida.

Frei Estevão M. Gallais, provincial dos dominicanos que haviam criado uma missão com índios Kayapó, no lugar hoje conhecido como Conceição do Araguaia, em 1902, fez uma avaliação sombria desses estabelecimentos militares, destacando a “má vida” das mulheres e o vício dos comerciantes das colônias militares.

Sua avaliação é correta no fundamental, embora parcial e interessada. Em primeiro lugar, nada fala sobre a repressão ativa sobre os índios, principais vítimas do sistema; em segundo lugar o dominicano quer opor o fracasso oficial ao início florescente da missão de Conceição do Araguaia, na margem paraense do rio. No fim de contas, essa missão e o núcleo de povoamento que fundou foram tão ou mais letais para os índios que deveriam atender quanto o esforço explicitamente repressivo dos presídios e colônias militares. O subgrupo Kayapó do Araguaia, Iram-Ráire, que contava com cerca de 2.000 índios na época da instalação da missão, estava totalmente extinto em 1940 quando Nimuendaju percorreu a região.

Ao longo dos anos da colonização de Goiás, os vários povos indígenas estabelecidos em seu solo estiveram em permanente conflito com os colonizadores, os quais se estenderam pelos séculos XVIII e XIX até a derrota das populações indígenas, dizimadas por doenças e guerras e, muitas, reduzidas em aldeamentos oficiais.

A história dos Avá-Canoeiro tem bastante em comum com o que ocorreu com os demais povos indígenas goianos. Sofreram violentas perseguições por bandeiras punitivas e por destacamentos volantes que patrulhavam os locais de suas movimentações mais freqüentes; isso além do estabelecimento de presídios militares criados no interior de seu território histórico.

Contudo, a diferença entre os Avá-Canoeiro e os demais grupos indígenas goianos reside na sua capacidade de resistência e na forma singular dessa resistência. Primeiro, eles resistiram pela força guerreira, quando lutavam obstinadamente na defesa de seu território. Depois, quando não podem mais enfrentar uma guerra em virtude da diminuição de sua população por causa dos confrontos, das doenças e da consolidação da colonização em Goiás, sua resistência se dá pela capacidade de eludir, de fugir ao contato, mantendo-se fiéis a si mesmos.

## ENTRADAS, BANDEIRAS E GUERRAS

Ao longo da história do Brasil, o tratamento dado aos índios, sempre áspero e opressivo, era agravado, em casos específicos, até a decisão oficial de exterminá-los completamente. Tal aconteceu com os Caeté, grupo Tupi do litoral de Alagoas e Pernambuco, em meados do século XVI, a pretexto da morte do primeiro bispo do Brasil. Na segunda metade do século XVII, os índios *Tapuia* do interior do Nordeste, por sua adesão suposta ou real ao domínio holandês, foram considerados “*incivilizáveis*” e contra eles se moveu a mais longa e pertinaz campanha de extermínio indígena, a chamada Guerra dos Bárbaros.

A partir do século XVIII, na Amazônia, os índios Mura se tornaram o protótipo dos *incivilizáveis* e sofreram perseguição contínua e violenta onde quer que estivessem. No fim do período colonial, *incivilizáveis* eram os índios Botocudos do vale do rio Doce, contra os quais o governo de Dom João ordenou fazer “guerra ofensiva” através de vários textos legais.

*Incivilizáveis* também eram os Avá-Canoeiro, desde os primeiros anos do século XIX, contra os quais se moveu campanha indiscriminada e permanente por parte dos governos, da sociedade regional armada em bandeiras e até dos missionários. A política francamente repressiva do governo do príncipe regente Dom João, dos primeiros anos do século XIX, e que seria mantida sem alterações até a abdicação de Dom. Pedro I, em 1831, exprime-se em medidas punitivas determinadas contra os índios da região do Araguaia-Tocantins, inclusive os Avá-Canoeiro, como se pode ler na Carta Régia de 5 de setembro de 1811:

*“Acontecendo que este meio não corresponda ao que se espera, e que a nação Carajá continue nas suas correrias, será indispensável usar contra ela da força armada; sendo este também o meio de que se deve lançar mão para conter e repelir as nações Apinagé, Xavante, Xerente, e Canoeiro; porquanto, suposto que os insultos que elas praticam tenham origem no rancor que conservam pelos maus tratamentos que experimentaram de alguns Comandantes das aldeias, não resta presentemente outro partido a seguir senão intimidá-los, e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam”.* (Malheiro 1976:230-231)

Iniciativas desse teor talvez expliquem a atitude de resistência guerreira e, depois, elusiva desses índios que foram forçados a abandonar suas aldeias e suas roças permanentes e se viram submetidos a uma vida de contínuas privações com

conseqüente decréscimo populacional causado pela falta de alimentos e a proliferação de doenças.

Passado todo o século XIX, e já entrado o século XX, o frade dominicano, Frei José M. Audrin, num livro sobre as atividades pastorais do bispo-missionário Dom Domingos Carrerot, prelado de Conceição do Araguaia e bispo de Porto Nacional, descreve as tentativas frustradas de contato com os Avá-Canoeiro:

*“Se, do norte da diocese, nos dirigimos para o sul-sul-oeste, encontramos a tribo totalmente refratária dos CANOEIROS conhecida apenas por suas depredações e barbaridades contra os pobres moradores dos “gerais” do município de Peixe. Foi preciso, mais de uma vez, organizar “bandeiras” para reprimir seus excessos. O resultado foi a impossibilidade para os Missionários de estabelecerem o mínimo contato com eles.*

*Duas tentativas pacificadas no tempo de Dom Domingos ficaram sem resultado. Numa delas o frei Sebastião Thomas mal conseguiu escapar à morte com seus companheiros. Uma chuva de flechas obrigou-os a recuar à toda pressa, para evitar um conflito que teria sido causa de terrível carnificina.” (Audrin 1946:218-19)*

Esses incidentes, ocorridos por volta de 1922, indicam a permanência de formas de extermínio, à semelhança de bandeiras, isto é, de ataques organizados por iniciativa de particulares, como modo habitual de relacionamento com os Avá-Canoeiro. O fato é confirmado por um relatório elaborado em 1939 pelo engenheiro Américo Barbosa de Oliveira que, por determinação do Ministro de Viação e Obras Públicas, dirigiu e participou de uma expedição oficial para levantar as possibilidades econômicas e de navegação fluvial do vale do Tocantins-Araguaia.

O primeiro ataque armado contra os Avá-Canoeiro de que se conhece registro data de 1798 e ocorreu nas ilhas do Tropeço, no hoje município de Peixe. Nesta ocasião o Governador da Capitania de Goiás enviou uma expedição de comércio ao Pará através dos cursos dos rios Maranhão e Tocantins, à qual se agregou uma força militar objetivando o estabelecimento da paz com os índios Avá-Canoeiro. Numa aldeia das ilhas do Tropeço os expedicionários mataram um número elevado de índios.

Vinte anos depois e poucas léguas ao sul desse local, outro ataque ocorreu. Uma aldeia fixada ao longo do rio das Almas foi dizimada por uma bandeira organizada pelos colonos da região de Amaro Leite, Traíras e São João da Palma.

Datam dessa época em diante os registros de uma intensa guerra entre os Avá-Canoeiro e os fazendeiros que se estabeleciam em suas terras tradicionais. Para conter a resistência guerreira dos índios, o governo edificou presídios militares nas

décadas de 1810, 1820 e 1830 nas margens do rio Maranhão e Tocantins, e supriu de soldados as bandeiras de pacificação e de punição enviadas às aldeias nas décadas de 1810 a 1850.

Foi assim que, nos anos 50 do século XIX, os Avá-Canoeiro foram definitivamente derrotados na sua resistência guerreira. A instalação de três colônias militares em locais estratégicos do seu território resultou na quebra definitiva do domínio que possuíam das terras localizadas na margem esquerda do Tocantins e que eram conhecidas como sertão do Amaro Leite. Se bem que tivessem permanecido em movimentação por esse território, passaram os Avá a uma situação defensiva e de recuo.

## OS MASSACRES DO SÉCULO XX

São muitas as informações de Avá-Canoeiro sendo mortos por fazendeiros instalados em seu território. Assim, há relatos de matanças de índios ocorridas já nos primeiros anos do século XX, no local denominado Chapada, ao sul de Niquelândia e perto do Distrito Federal. Do mesmo modo, consta que, numa fazenda localizada nos córregos Formiga e D'Antas, no município de Amaro Leite, um fazendeiro matava os índios com zagaia. Nesse mesmo município, na fazenda Flores, há, relativas à mesma época, notícias de grande mortandade de índios.

A década de 1920 foi marcada pelos massacres organizados pela família Correia, influentes fazendeiros do município de Amaro Leite. A descrição de um desses massacres, ocorrido por volta de 1927, numa aldeia próxima à fazenda Veríssimo, junto ao córrego Lage do Meio, no atual município de Formoso, revela a perversidade dos atos cometidos contra os índios. Numa ocasião em que campeava o gado, um certo João Correia Sobrinho encontrou-se com um grupo de índios. Estes correram deixando para trás uma índia grávida, a qual rapidamente subiu em uma árvore. João Correia atirou nela, seu corpo caiu e foi crivado pelos dentes dos cachorros.

Consta ainda que por quatro anos os índios ficaram rondando a fazenda e no início de um mês de janeiro, por ocasião de um pouso da Folia de Reis na casa de Antonio Correia, pai de João, sua nora foi ao córrego com duas mocinhas para limpar frangos para a festa. Os índios as atacaram e mataram, fugindo em seguida.

Esse episódio ensejou uma contínua perseguição aos índios e culminou na organização de uma turma de vingadores composta por Antonio Correia e

seus companheiros e parentes de Porangatu, a qual atacou a aldeia do Córrego do Meio. Segundo outras informações de que se dispõe, os Correia contrataram capangas e mataram os índios em dois outros locais.

Esses atos desumanos ocorriam apesar do sentimento de indignação que suscitavam e não obstante o conhecimento de autoridades do governo que, na maioria das vezes, nada faziam. Em carta do ano de 1929, o médico alemão Carlos E. Henieil, residente em Tocantins, solicita que sejam levadas ao conhecimento do General Cândido Mariano da Silva Rondon, criador e diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), as atrocidades cometidas contra os Avá-Canoeiro:

*“... um tal João Grosso tirou uma criança de uma aldeia assaltada com o fim de criá-la. Chegando, porém, ao acampamento, os companheiros mataram até esta inocente criancinha”.* (SPI, 1930)

Tais acontecimentos não ocorriam de modo excepcional ou isolado. Há informes que nesta mesma década ocorreram massacres de Avá nas fazendas Flores e Aguiar, todas no vasto município que se chamava então Amaro Leite.

Os conflitos entre Avá e fazendeiros permaneceram. Nos anos quarenta, eles são registrados no município de Peixe. Na ocasião havia um grupo de índios vivendo nas proximidades do rio Santa Tereza e na ilha do Jatobá, no rio Maranhão.

A perseguição aos Avá aumentou, sem dúvida, com o incremento das populações e instalações regionais em seu território. Assim, as cabeceiras do rio Bagagem começaram a ser povoadas nas décadas de 20 e 30. Nos anos de 40 e 50 há notícias de aumento de povoamento na região de Pau-Terra.

O município de Cavalcante começou a crescer a partir da década de 50, quando contava com moradores apenas no rio Preto e no povoado de Pirapitinga. O povoado de Colinas estava então em seus primórdios. Foi também na década de 50 que os primeiros povoados chegaram à região denominada Palmeirinha, na margem esquerda do Maranhão.

Núcleos hoje importantes tiveram um desenvolvimento bem recente. Campinaçu era um pequeno povoado em 1959 e Minaçu sequer existia: no local onde hoje se situa havia uma conhecida fazenda de maranhenses onde se vendiam cavalos.

Os índios reagiam às invasões de seu território e os massacres vinham em resposta. Em 1959, há notícias de massacres a aldeias Avá-Canoeiro no rio Praia Grande e na fazenda Buracão.

Outro massacre associado ao aumento da população regional nas terras Avá ocorreu entre os anos de 1961 e 1963. Na sua origem estava a grilagem de terras na região de Formoso e Trombas, que obrigou muitos posseiros a se transferirem para áreas ainda inexploradas. Esse conflito entre grileiros e posseiros deu partida a um movimento bastante conhecido, a Revolta de Formoso e Trombas, cujo protagonista principal foi o chefe político José Porfírio, que lutava ao lado dos posseiros, e que se tornou deputado e respeitado líder na região.

Aconteceu que, por volta de 1959, no nascente povoado de Campinaçu, várias famílias foram tirar posses, dirigindo-se para as férteis terras banhadas pelos rios Carneiro e Boa Nova. Os índios reagiram à invasão de seu território, ora atemorizando, ora matando posseiros e suas famílias. Consta que José Porfírio reuniu alguns homens que viviam em Campinaçu, forneceu-lhes munição e mandou-os atacar uma das três aldeias que existiam na região, a qual tinha sido encontrada meses antes por um fazendeiro. Os relatos dão conta de que foram mortos dezoito índios e que alguns haviam fugido. Supõe-se que os sobreviventes tenham atravessado o rio Maranhão, transferindo-se para a região dos rios Bagagem e Tocantinzinho.

Nos anos sessenta, a região ao longo do rio Maranhão ainda permanecia um tanto isolada, haja visto a abundância de caça que, segundo descrevem os informantes, havia na região. A população regional, no entanto, ia ocupando trechos desses territórios, resultando em novos conflitos com os Avá. Um desses conflitos resultou no massacre, nos primeiros anos 60, de uma aldeia cujos remanescentes vivem hoje na Terra Indígena Avá-Canoeiro. A aldeia situava-se na Mata do Café, atravessada pelos rios Carneiro e Boa Nova, no município de Uruaçu.

Com a consolidação dos estabelecimentos pecuários de regionais nesses territórios e a situação de fuga permanente a que ficaram restritos os Avá que conseguiram sobreviver, novos conflitos vieram à tona, desta vez devido ao gado que os índios abatiam para se alimentar. Ainda nos anos sessenta fazendeiros de Colinas perseguiam e matavam os índios por esse motivo, e o mesmo ocorria em Gurupi e Dueré, no atual estado de Tocantins. As notícias sobre abate de animais por índios foram constantes até por volta de 1976.

Mesmo a presença da FUNAI às margens do rio Maranhão, a partir de 1971, não impediu que os índios continuassem sendo assassinados. Um informante de

Uruaçu estima que, entre 1960 e 1980, cerca de vinte índios foram mortos em encontros ocasionais com fazendeiros. Conta ele que no rio Tocantinzinho dois índios foram mortos quando saqueavam uma roça de milho; outros cinco numa fazenda próxima ao rio Maranhão. Segundo o relato desse informante dois outros índios teriam sido mortos por um compadre seu.

Nos anos oitenta já não se tem notícias de matança de índios. Segundo os relatos dos fazendeiros, os índios fazem o que, no dizer dos regionais, são "malinezas": atiram pedras na porta das casas, estrume e terra dentro delas, mexem com as roças e animais, entre outras atitudes semelhantes. Muitas vezes, segundo seus próprios relatos, os fazendeiros disparam a esmo suas armas de fogo, mesmo sem ver os índios, na esperança de acertá-los ou espantá-los para bem longe. Portanto, não se pode subestimar o desejo de morte dos invasores do território Avá-Canoeiro.

# 4

## DAS RAZÕES DOS AVÁ: POPULAÇÃO E TERRITÓRIO

---

---

*A população original dos Avá-Canoeiro foi calculada, com base no tamanho médio das aldeias descritas em meados do século XVIII, em cerca de 2.250 pessoas. Com os constantes ataques de bandeiras e cabos de guerra, foram caindo em número de aldeias e em densidade. Por volta de meados do século passado somavam 1.050 indivíduos; no início deste século já eram menos de 500 pessoas; em 1950, teriam 200 membros e no início dos anos 70 contavam talvez 100. Hoje seu número hipotético está na casa dos 35 a 40 índios. Os Avá habitavam as terras banhadas pelo médio e alto rio Tocantins, inclusive seus principais afluentes. Era um território imenso que raramente outros povos indígenas ousavam invadi-lo. Ao contrário, alguns grupos Avá teriam se expandido para as águas do rio Araguaia, guerreando índios Xavante e Karajá. Porém, com seu decréscimo populacional, foram se espalhando e perdendo terreno. Mesmo assim, os quatro grupos que vivem autonomamente se localizam em diversos pontos ao norte e sul das terras que hoje estão para serem demarcadas como a Terra Indígena Avá-Canoeiro. São 38.000 hectares beirando o alto rio Tocantins, terra tradicional e amplamente documentada na literatura histórica*

---

---

## A POPULAÇÃO AVÁ-CANOEIRO

Datam de 1770 os dados mais antigos que permitem levantar suposições sobre a população Avá-Canoeiro. As informações históricas disponíveis sugerem que tinham então aldeamentos nos seguintes locais:

- uma aldeia no rio Cana Brava, afluente do Santa Tereza;
- uma aldeia no rio Santa Tereza;
- uma aldeia na ilha do Tropeço;
- duas aldeias no rio das Almas;
- uma aldeia na ilha do Canoeiro, situada no rio Maranhão;
- uma aldeia na ilha Jatobá;
- uma aldeia no rio Cana Brava, afluente do rio Maranhão;
- duas aldeias no rio Maranhão, entre os rios Cana Brava e Almas.

Considerando um média de 250 habitantes por aldeia, podemos aventar a hipótese de que a população original dos Avá-Canoeiro era, antes das hostilidades que passaram a sofrer, de cerca de 2.250 pessoas.

O crescimento vegetativo dessa população foi confrontado por choques com a sociedade brasileira em expansão. Assim, em 1774 foi registrado um confronto com uma bandeira de prospecção aurífera e em 1798 houve um massacre nas ilhas do Tropeço, resultando na morte de grande número de índios.

Assim, deve ter havido uma queda populacional para talvez 2.000 pessoas até fins da década de 1810. A partir dessa data, diversas bandeiras de pacificação e de punição foram enviadas contra os Avá, o que se repetiu na década de 1830. Cunha Mattos, por esse tempo, calcula que os Avá teriam cerca de 300 guerreiros em suas hostes. Isto poderia dar, portanto, uma população de talvez 1.500 indivíduos.

A década de 1840 foi marcada por muita violência contra os índios que não queriam o contato com a sociedade regional. Várias pequenas bandeiras foram enviadas contra eles, visando especificamente suas aldeias. A repressão aos Avá continuou por toda a década de 1850, quando, inclusive, foram estabelecidas três colônias militares em território por eles habitados.

Nos relatórios dos Presidentes da Província de Goiás de 1847 a 1855, consta que a nação Avá-Canoeiro, que espalhava o terror numa grande extensão

de terras, já não parecia ser tão numerosa. Não consta, no entanto, uma estimativa sequer aproximada do total de pessoas de que era composta.

Ao longo da década de 1850, as notícias de movimentações dos índios sugerem que eles ainda tinham sólidas aldeias. Ao todo seriam sete:

- uma entre Amaro Leite e o Presídio Santo Antônio;
- uma no rio Cana Brava, afluente do Santa Tereza;
- uma no rio Cana Brava, afluente do Maranhão;
- uma próxima a Feixe;
- uma próxima aos rios Bagagem e Tocantinzinho;
- uma no rio Tesoura;
- uma no rio Crixás-Merim.

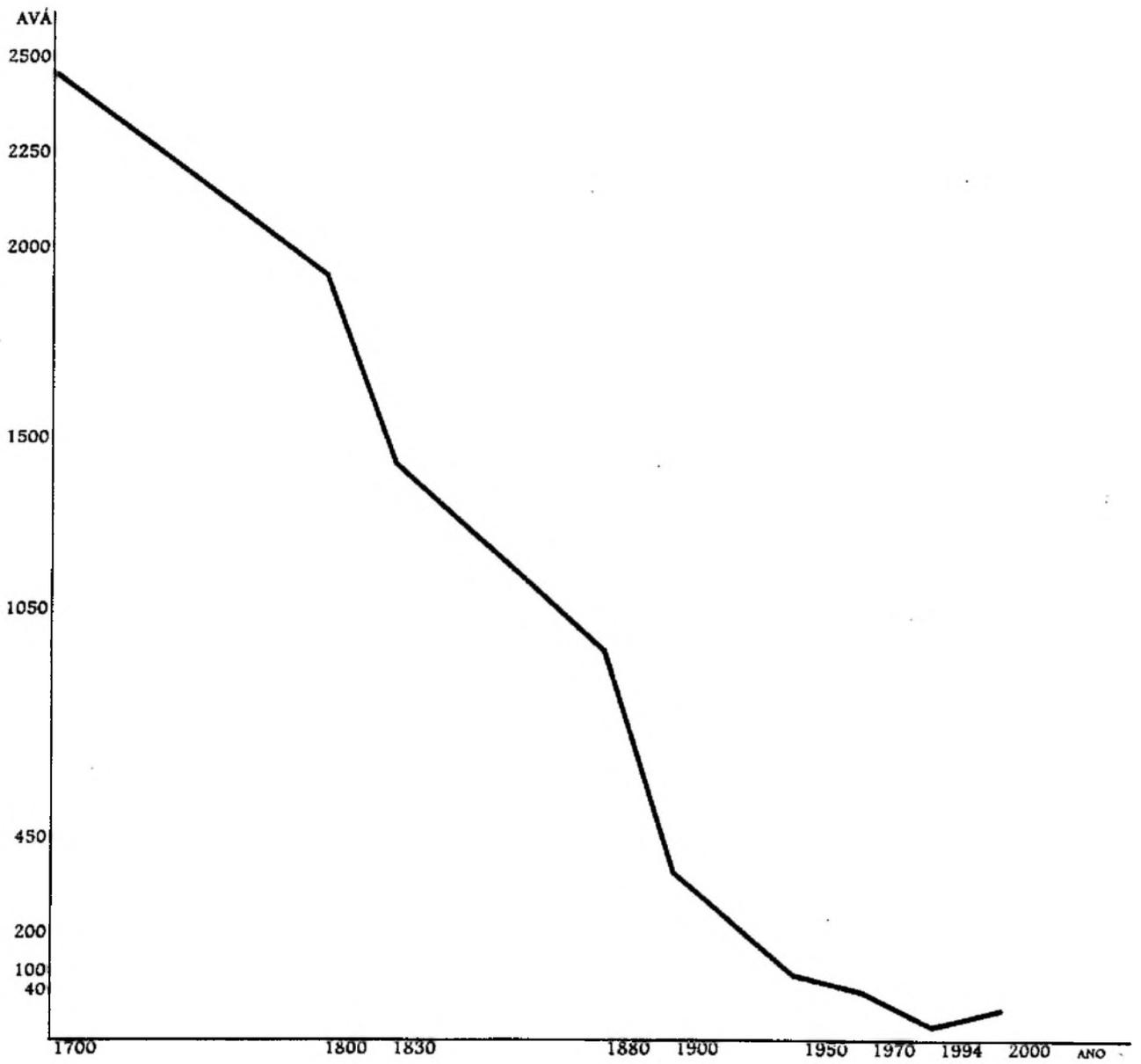
Vivendo sob pressão da expansão regional, e sem a mesma disponibilidade de terras e recursos que no final do século XVIII, a população média de cada aldeia Avá teria caído para 150 pessoas, que já então se dispersava em grupos menores em grande parte do tempo. Isso daria uma população total de 1.050 Avá-Canoeiro.

Nas três últimas décadas do século XIX, os dados sugerem que a população Avá sofreu uma diminuição substancial. Os índios movimentavam-se ainda numa vasta região, em grupos cujos números eram reduzidos. A hipótese provável é que mantinham o padrão de movimentação anterior, dispersando-se em pequenos grupos que tinham por referência uma aldeia comum. A aldeia seria um núcleo maior, mais resguardado, onde ficariam suas roças. A partir dela os grupos alongar-se-iam em várias direções. As informações disponíveis não permitem calcular que as aldeias Avá fossem mais que quatro ou cinco, contendo de 80 a 100 habitantes cada uma. Isso nos permite supor que, ao final do século XIX e até a década de 1920, a população total Avá por volta de 450 pessoas.

Com massacres e invasão do que sobrava de seu vasto território, a população Avá-Canoeiro foi caindo cada vez mais. Na década de 1950 esse número chegaria ainda a 200. No início década de 1970 talvez ainda houvesse 100 índios Avá. Hoje, contando os dois grupos contatados e os quatro autônomos, talvez somem 35 a 40 Avá-Canoeiro.

## QUADRO II

### POPULAÇÃO AVÁ-CANOEIRO 1700-2000



OBS. O GRÁFICO NÃO É EXATO EM SUA PROPORCIONALIDADE

## OS AVÁ-CANOEIRO NO SÉCULO XX

As informações sobre os Avá na entrada do século XX permitem localizá-los em diversas regiões, desde o local conhecido como Chapada, não muito distante do Distrito Federal, ao sul; até em Amaro Leite, no atual município de Mara Rosa e também nos povoados de Terezina e Nova Roma, ambos no município de Cavalcante.

Há informes sobre a movimentação dos Avá-Canoeiro na década de 1920 entre os mesmos povoados de Terezina e Nova Roma, no município de Peixe e, mais detalhados em Amaro Leite. Aqui, registros da presença dos Avá apontam as fazendas Bom Jesus, Veríssimo, Flores e Faina, os rios Santa Tereza e Capivara, os córregos Corrente, Formiga, D'Antas, Lambari, Vai-Vem e Aratim, e ainda no rio dos Bois, próximo à localidade de Pau-Terra.

As notícias da década de 1930 continuam a reiterar a movimentação dos Avá-Canoeiro nos municípios de Cavalcante e Peixe e em Amaro Leite. Neste indica-se que os Avá estavam presentes numa grande extensão, particularmente em áreas mais próximas ao rio Maranhão.

Os registros sobre a presença dos Avá-Canoeiro aumentam em detalhe na década de 1940, incremento que reflete uma ampliação do povoamento das regiões habitadas por esse povo indígena.

Com base nesse registro verifica-se que a presença dos Avá continuava forte em Amaro Leite ocupando uma área vasta balizada pelas proximidades do rio Maranhão. À direita do curso do rio Maranhão, os Avá estavam presentes nos rios São Félix e Preto e em toda a extensão do rio Bagagem: foz, curso médio e cabeceiras; essas extensões diziam respeito ao município de Cavalcante e parte ao atual município de Colinas, que ainda não havia sido criado.

Mais ao norte também viviam Avá-Canoeiro; no município de Peixe, percorriam terras banhadas pelos rios Santa Tereza e Maranhão e tinham uma aldeia na ilha do Jatobá, no curso deste; eram sabidos no Morro do Amaral, entre Peixe e Gurupi; sua presença era registrada no município de Paranã.

Nos anos cinquenta há uma concentração de informações sobre os Avá-Canoeiro em ambas as margens do rio Maranhão, desde o rio São Félix, passando pelos rios Preto, Tocantinzinho, Bagagem e até além mais, na região conhecida por Rodovalho, esta na margem esquerda do rio Maranhão. Ainda às margens do rio

Maranhão, sua presença era registrada nos vastos municípios de Amaro Leite e Cavalcante, além de amplas áreas dos municípios de Peixe e Paranã.

A partir de meados da década de 1950, essa presença Avá-Canoeiro se vê ameaçada por uma crescente colonização de áreas na vertente esquerda do rio Maranhão, como as localidades de Palmeirinha, Minaçu, Campinaçu, Formoso e Trombas.

A despeito desse incremento da sociedade nacional em suas terras, e dos conflitos resultantes, os Avá-Canoeiro continuaram, na década de 1960, a se movimentar na mesma região da década anterior. Assim, tiveram sua presença registrada no município de Paranã, nas proximidades do rio Tocantins.

Margeando o rio Maranhão numa grande extensão, desde o rio Preto até um pouco mais além do povoado de Pau-Terra, também movimentavam-se os Avá, incluindo territórios dos municípios de Niquelândia, Cavalcante e Amaro Leite, os moradores do qual se transferiram, nessa década, para Mara Rosa, a seis quilômetros de distância da sede anterior.

A presença dos Avá-Canoeiro também foi registrada em Porangatu e nas cabeceiras do rio Bagagem, na localidade denominada Acaba Medo, por onde passa o rio de mesmo nome. Mais ao norte, na margem esquerda do rio Maranhão, e nos rios Santa Tereza e Bonito, há informes da movimentação dos Avá em terras onde se localiza o município de Formoso.

Nos anos setenta há uma concentração de informações sobre a presença dos Avá-Canoeiro na margem direita do rio Maranhão, principalmente em Colinas, então distrito do município de Cavalcante. Tais informações provêm, principalmente, de fazendeiros que reclamavam junto à FUNAI pelo abate de gado que atribuíam aos Avá.

Outras notícias permitem localizá-los movimentando-se ao longo de uma grande extensão do rio Maranhão, em ambas as margens. Assim, na vertente direita, movimentavam-se desde o rio São Félix, passando pelo rio Preto, Ribeirão dos Negros, rio Florêncio, Serra do Retrato, córrego João Vieira, Serra da Rancharia, rios Bagagem e Tocantinzinho, serra Negra (no município de Niquelândia), e nas cabeceiras do rio Bagagem, esta uma área onde estão as localidades Acaba Vida, Mimoso e Padre Bernardo.

Na margem esquerda do Tocantins, informações sobre os Avá apontam para o rio Santa Tereza, no município de Formoso, Serra de Trombas, e ainda

no município de Porangatu. Acresce que ao norte, no atual Estado de Tocantins, os índios foram vistos no rio São Valério, então distrito de mesmo nome no município de Peixe.

Nos anos oitenta, as informações sobre os Avá-Canoeiro ainda concentram-se em apontar sua presença na margem direita do rio Maranhão: região de Colinas, de Vila Borba, rios Preto e São Bento, Serra da Calçadinha, Serra de Ticunzal, rio Tocantinzinho e córrego dos Macacos.

Um pouco mais ao norte desta região, eles são localizados no rio São Félix e na Serra Branca (município de Minaçu). A movimentação dos Avá era ainda assinalada na margem direita do rio Preto (na divisa dos municípios de Cavalcante e Paranã), no rio Paranã, nas serras do Mendes e Contenda, no rio Bezerra e daí até Taguatinga e proximidades dos limites dos Estados de Tocantins e Bahia.

Outra ramificação de sua presença ao norte inclui o município de Paranã, nas proximidades do rio Palma, e daí tomam duas direções: a primeira para o município de São Valério, particularmente na região do rio Montes Claros, afluente do São Valério do qual se estendem para a divisa dos municípios de São Valério e Natividade; a segunda para os municípios de Paranã e Peixe.

## COMPARAÇÃO COM POVOS INDÍGENAS EM ESTADO DE EXTINÇÃO

A sobrevivência, precaríssima embora, dos Avá-Canoeiro é um quase milagre, se comparada com a sorte de dezenas de outros povos indígenas, só neste século. Um exemplo bastante conhecidos é o dos Oti-Xavante, descrito por Nimuendaju que, em 1910, escreveu a espantosa história do fim desse grupo, exterminado por criadores de gado do Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Talvez a explicação esteja no fato de que os Oti, que lutavam teimosamente contra os Coroados (Kaingang), nunca tenham feito o mesmo contra os colonos brancos e foram vitimados por ataques sucessivos sem reação maior que a fuga.

Outro caso a ser registrado é o grupo Ofaié-Xavante que vivia na margem direita do rio Paraná e sobre o qual investiram criadores de gado originários do rio São Francisco e dos campos do Rio Grande do Sul. No início deste século foram estimados por Rondon em cerca de 2.000 índios, em 1910 não ultrapassavam 900, quarenta anos mais tarde restavam apenas 10 indivíduos e, na década de 1980, apenas

uma remanescente do grupo Ofaié-Xavante, Maria Rosa, vivia entre os Kaingang no Posto Indígena Icatu, no município de Braúna, estado de São Paulo.

Um exemplo de extinção recente, fruto da irresponsabilidade do Estado brasileiro é dado pelos Xetá, grupo Guarani do noroeste do Paraná, na região de Serra dos Dourados. Envolvidos pela colonização do norte do Paraná, cercados por grandes rios como o Ivaí e Paraná, que não podiam cruzar por terem perdido o uso de canoas, os Xetá sobreviviam em um pequeno território de mata, preservado por disputa judicial entre pretendentes ao domínio dessas terras. Quando foram contatados, em 1950, por pesquisadores da Universidade do Paraná, seriam uns 60 ou 80 indivíduos. Já a esta época haviam perdido o domínio da agricultura e viviam de caça e coleta. Dez anos depois, seriam 10 ou 15 sobreviventes. Em seguida o SPI dispersou os seis últimos sobreviventes entre os postos indígenas que serviam aos índios Kaingang do Paraná. O povo foi extinto.

Em 1988, no sul do Pará, foram resgatados na mata dois índios adultos, com toda a aparência de estarem perdidos. Embora falassem uma variedade de Tupi, sucessivas comparações com a língua dos Asurini, Araweté, Parakanã, Urubu, Suruí, Tembé e Guajá não conseguiram identificar o grupo de origem dos dois índios, apelidados com os nomes de Auré e Aurá. Parecem ser os últimos representantes de um povo extinto, talvez os chamados Kupa-Rop que foram vistos pela última vez em 1942. Desde 1991, Auré e Aurá vivem entre os Guajá, no Maranhão.

Os Surui, são um povo Tupi-Guarani que habita as cabeceiras do Sororozinho, afluente do Itacaíunas, sul do Pará. Aparentados lingüisticamente dos Avá-Canoeiro, são um exemplo de povo que estava condenado à extinção e logrou sobreviver. Como os outros grupos da região, foram muito afetados pelos grandes projetos de desenvolvimento, bem como por conflitos armados entre forças militares e grupos de insurgentes do Araguaia, no começo da década de 1970. Os índios, por seu conhecimento da região, foram integrados mais ou menos coercitivamente no papel de mateiros e de espias. Contatados no início da década de 50 por missionários dominicanos de Conceição do Araguaia, quando seriam cerca de 100 indivíduos, foram contaminados por catapora e outras doenças infecto-contagiosas e, dez anos depois, estavam reduzidos a 40 pessoas. Em 1968, atingiram o nadir populacional com 38 sobreviventes. A partir de meados da década seguinte, graças a programas oficiais de assistência, o grupo começou a crescer, atingindo em 1985, um total de 109 indivíduos. Hoje somam 130 indivíduos e ultrapassaram os limites de risco de extinção.

Os Asurini do Tocantins também são exemplo de sobrevivência étnica, sob precárias condições sociais. Em 1953, quando foram contatados pelo SPI, somavam 190 indivíduos. Sua população caiu para 35, em 1962. A partir de 1974, a população Asurini começou a crescer, em parte com a inclusão de grupos que se achavam no rio Pacajá. Em 1976, seriam 92 indivíduos e, em 1982, chegavam a 120. O último dado demográfico, datado de 1994, revela um total de 160 pessoas.

Outro caso *in extremis* que deu a volta por cima é o dos índios Tapirapé - os “primos” étnicos dos Avá. Em fins da década de 1940, os Tapirapé estavam dispersos em famílias nucleares entre os Karajá e fazendeiros ao redor de suas terras. Pareciam condenados à extinção. Mas, com a assistência do SPI e da Missão das Irmãzinhas de Jesus, conseguiram se reagrupar, recompor seu território, crescer em números e reconstituir o povo Tapirapé. Hoje somam cerca de 300 indivíduos vivendo no seu território já demarcado e garantido pela Constituição.

Os Avá-Canoeiro, apesar de sua extrema rarefação demográfica e sua dispersão em pequenos grupos, conservam ainda suas oportunidades de sobrevivência como grupo autônomo, capazes de praticar uma pequena agricultura de subsistência e de transportar-se por via fluvial e repelir, na medida do possível, o ataque dos colonos pelo enfrentamento ou a contínua fuga.

## OS AVÁ-CANOEIRO AUTÔNOMOS

As histórias sobre os Avá-Canoeiro e sua presença recente são do conhecimento de moradores de muitos municípios de Goiás e Tocantins: Formoso, Trombas, Santa Tereza, Campinorte, Campinaçu, Minaçu, Uruaçu, Niquelândia, Colinas, Cavalcante, Mara Rosa e Porangatu no estado de Goiás e Peixe, Paranã e São Valério no estado de Tocantins.

Admite-se que os grupos Avá-Canoeiro que se deslocam por essas vastas regiões do Brasil Central vivem em grupos pequenos e já não têm mais condições de manter o primeiro padrão de sobrevivência adotado no século XIX, o de aldeias fixas de referência comum para os grupos. Sobrevivem na fuga, no medo e na evitação sistemática do contato, e perambulam por territórios ancestrais e outros para os quais tiveram que fugir, na busca de alimentos e recursos para dar continuidade à sua existência, carregando os padrões de uma cultura Tupi em situação limite.

Os dados que se tem sobre esses grupos Avá da atualidade provêm de moradores e trabalhadores dessas terras, que localizam seus artefatos, que os ouvem escondidos na mata ou na noite. Em consequência de tanto e tão deliberadamente se esconderem, esses Avá, cuja presença é sentida e notada, raramente são vistos. As informações disponíveis permitem definir a existência de pelo menos quatro pequenos grupos Avá-Canoeiro vivendo ao largo da sociedade nacional:

Grupo 1 - movimenta-se em terrenos banhados pelos rios Bagagem, Tocantinzinho, Preto, São Bento, Félix e serras do Ticunzal e da Calçadinha, que ficam em territórios de Niquelândia, Colinas e Vila Borba. Em 1988, um fazendeiro procurando por umas vacas num capeiral velho encontrou-se ocasionalmente com uma família, composta por cinco índios que secavam fileiras de peixe. Podemos calcular esse grupo entre 5 e 8 membros.

Grupo 2 - localiza-se mais ao norte, no Estado de Tocantins, percorrendo as terras dos municípios de Peixe, Paranã, São Valério, alcançando Taguatinga, próximo à divisa entre os Estados de Tocantins e Bahia. Em 1989, um caminhoneiro viu 10 índios na estrada de São Valério a Natividade. Em São Valério, no rio Montes Claros foram vistos no mesmo ano três índios. Talvez eles somem entre 10 e 15 indivíduos atualmente.

Grupo 3 - percorre os municípios de Santa Tereza e Formoso, na Serra da Faina e no rio Formiga, em Mara Rosa, e no município de Mutunópolis. Provavelmente atravessam o

rio Maranhão, percorrendo-o em ambas as margens. Em 1990 foram avistados três índios do sexo masculino. Calculamos entre 3 e 8 os membros desse grupo.

Grupo 4 - movimentou-se nos municípios de Unai, Arinos e Buritis no Estado de Minas Gerais. Funcionários do PI Avá-Canoeiro estiveram na região, onde foram informados que haviam sido avistados dois homens, uma mulher e um bebê desse grupo. Talvez ainda haja entre 4 e 6 sobreviventes.

## O TERRITÓRIO AVÁ-CANOEIRO

Muito mais do que qualquer outro segmento da nação brasileira, os índios são dependentes das condições originárias do meio natural, de fauna e flora, em relação às quais desenvolvem os mecanismos de adaptação e construção de sua vida social e cultural. Essa relação é de caráter dialético, dinâmico e permanente. Nesse contexto, a terra, de posse social e inalienável, é fator fundamental de bem-estar e preservação de um povo indígena.

Historicamente, pode-se constatar que, dentre as causas que favorecem a recuperação demográfica das sociedades indígenas, a mais importante tem sido o reconhecimento do seu território e do direito da posse às suas terras e usufruto de suas riquezas. A partir dessa base concreta é que podem vicejar os sistemas sociais e econômicos dos povos indígenas que, mesmo se relacionando com a sociedade brasileira, mantêm um alto grau de autonomia.

Assim, o território indígena ultrapassa o conceito de terra. Território indígena se constitui em uma área onde elementos essenciais como usos, costumes e tradições regulam o usufruto e a manutenção” dessa terra indígena.

Quando a Constituição declara que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam à sua posse permanente, pressupõe a realidade de um passado de ocupação efetiva. Mais ainda, projeta uma garantia para o futuro, no sentido de que essas terras são consideradas inalienáveis e indisponíveis, e são assim destinadas, para sempre, ao seu uso e gozo. Quando diz “tradicionalmente” a Constituição determina não uma circunstância temporal, e sim um reconhecimento ao modo tradicional de vida dos povos indígenas, suas formas estabelecidas de ocupação e utilização das terras.

A primeira informação histórica que conseguimos localizar sobre os Avá-Canoeiro encontra-se em um mapa manuscrito da *Capitania de Goyas*, de 1750, cujo original colorido está na Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, em Portugal, com cópia eletrostática na Mapoteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Por sua importância, reproduzimos este mapa aqui. Ele inclui uma legenda, também reproduzida, que se refere especificamente aos índios Avá-Canoeiro, indica sua localização e sua expansão em direção ao alto Tocantins. A legenda diz o seguinte:

*“Ilhas na barra do Araguaya em q. assiste o gentio chamado vulgarmente - o gentio de Canoa, q. fala a lingoa geral, e sobe por Tocantins a riba athé S. Félix”*

O registro sugere que o território histórico dos Avá-Canoeiro se formou a partir de sua expansão desde a confluência do Araguaia com o Tocantins, subindo este rio até seu afluente superior, o São Félix.

A cartografia da região do Tocantins, ao longo de todo o século XIX, registra a presença dos índios Avá-Canoeiro sempre à margem esquerda do alto curso do rio Tocantins ou em seus formadores. Entre esses mapas deve ser citado o *“Mapa que mostra a confluência dos Rios Maranhão (Tocantins) e Araguaia, e os logares onde se devem estabelecer os prezídios que protejão a sua navegação, tirado por ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão general da Capitania de Goyaz, no anno de 1811”*, onde se anota a localização dos Avá-Canoeiro à margem esquerda do Tocantins. (Adonias 1963 II:652).

No *Mapa Etnohistórico* de Curt Nimuendaju, há o registro dos índios Avá-Canoeiro em várias regiões do alto Tocantins, em datas diversas mas sempre conservando o limite oriental do curso daquele rio. Assim, com base em fontes documentais, que Nimuendaju relaciona em bibliografia anexa ao mapa, o autor indica a presença desses índios entre 1824-44, na margem esquerda do alto Tocantins, acima da confluência do Paranã e do Santa Tereza. Outra indicação, sem data, localiza os Avá-Canoeiro em ambas as margens do Araguaia, na altura da porção inferior da ilha do Bananal, área que também ocupariam. Finalmente, Nimuendaju indica uma penetração, talvez temporária, dos Avá do sul (paralelo 15º) em direção a margem esquerda do Crixás-Açu, afluente da margem direita do alto Araguaia, acima da ilha do Bananal.



Em 1940, Nimuendaju elaborou um *Map of Historical Locations of the Savante-Serente in East Central Brazil* que foi publicado em apêndice à sua monografia *The Serente* (1942). Nesse mapa Nimuendaju desenha duas áreas contíguas que cobrem ambas as margens do alto Tocantins. A área mais ao sul, que se estende entre Traíras e Amaro Leite, ao sul, até o rio das Almas e as localidades de Peixe e Palma ao norte, seria o território dos Avá-Canoeiro em 1844 segundo Castelnau. O território mais ao norte, que se sobrepõe, em parte, ao anterior, desde o rio Cana Brava e o rio das Almas ao sul até a margem direita do Manoel Alves ao norte e o rio da Palma a leste seria o território dos Avá-Canoeiro em 1812 de acordo com Silva e Souza. Além disso, Nimuendaju registra, sem data, a presença dos Avá entre o rio Cana Brava a leste e o Araguaia na altura da ilha do Bananal a oeste. Entre os Avá-Canoeiro e a margem direita do rio Araguaia dispunham-se os Xavante.

Em 1852, o historiador maranhense Cândido Mendes de Almeida publicou um volume de documentos e razões de natureza histórica e jurídica que afiançavam o direito de sua província aos territórios da margem direita do Tocantins, na região de Carolina. Acompanha o texto uma "*Carta geral da província do Maranhão, 1852*" em que traça o curso do Tocantins até pouco acima de Palma. Nesse mapa, entre os paralelos 10° e 11°, passava a linha dos limites de Goiás, em 1840, que corta o Tocantins na altura do antigo Porto Imperial, hoje Porto Nacional. Na margem direita do rio, atravessando o rio, na direção sudoeste, segue a estrada de Amaro Leite. À margem esquerda dessa estrada, em seu trecho inicial, situavam-se os índios Avá-Canoeiro.

Finalmente, em 1891, o engenheiro João Coelho elaborou um *Mappa Geral dos Estados Unidos do Brazil* (escala 1:5.000.000), editado em Buenos Aires, onde, no mapa de Goiás, situa os Avá-Canoeiro na margem esquerda do alto Tocantins, entre esse rio e o Santa Tereza, a oeste da vila de Palma e ao sul da confluência do Paranã.

A partir de todas as informações históricas e cartográficas, bem como de dados descobertos em arquivos estaduais e nacionais e de relatos esparsos de cronistas e viajantes, podemos mapear como o território histórico dos Avá-Canoeiro toda a vasta extensão de terras que margeiam o curso do rio Tocantins até as nascentes do rio Maranhão. Porém, ao que parece, os Avá-Canoeiro não mantiveram o controle das ilhas situadas na embocadura do Araguaia, e passaram a se estabelecer do curso médio para cima. Assim, o limite norte, desde o último quartel do século XVIII, se baliza pelo rio Santa Tereza. Ao sul seu limite se dá pelo rio das Almas.

A oeste, na margem esquerda dos rios Maranhão e Tocantins, as terras indígenas compreendiam toda a extensão dos rios Santa Tereza e de seu afluente Cana Brava. Ainda a oeste, ele se estendia por todo o território de Amaro Leite, hoje subdivido em vários municípios, inclusive o de Mara Rosa, alcançando o curso do rio Maranhão. A leste, na margem direita dos rios Maranhão e Tocantins, o território indígena abrangia uma faixa mais estreita de terras, se comparado com a margem esquerda. Incluía os cursos dos rios Piratininga, Palma, Paranã, São Félix, Preto, Tocantinzinho e Barragem.

Quando os Avá-Canoeiro passaram a adotar a prática de resistência elusiva, a esquivar-se furtivamente do branco, eles avançaram em outras áreas, ampliando o seu território histórico. Desse modo, chegaram a ocupar outras terras antes habitadas pelos índios Akuê (Acroá, Xavante, Xacriabá), que estavam sendo derrotados e aniquilados pela colonização de Goiás. Assim, esse território ficou bem mais extenso e pouco habitado por volta de meados do século XIX.

O território mais amplo dos Avá-Canoeiro durante o século XIX se expandiu em várias direções. Algumas das novas áreas terminaram virando território permanente; outras eram apenas áreas de perambulação e reconhecimento. Podemos mapear as seguintes direções de expansão dos Avá-Canoeiro:

- ao norte, apareciam em terras de Porto Nacional, Natividade e Palmas;
- a nordeste, moviam-se em direção aos rios Paranã, Arraias e Taguatinga;
- a noroeste, movimentavam-se nas terras banhadas pelos rios Formoso, Crixás-Mirim e Crixás-Açu;
- a sudoeste atingiam os terrenos pertencentes a Pilar e Crixás;
- a sudeste avançavam sobre o território de Cavalcante, e Chapada dos Veadeiros (Alto Paraíso);
- ao sul, subiram as cabeceiras do rio Bagagem e Maranhão, atingindo as imediações do Distrito Federal.

A partir da segunda metade do século XIX, tem início um encolhimento territorial, bem como populacional, bastante expressivo. Seu território caracterizado por Alfredo Moreira Pinto como “uma região de clima ameno e delicioso, abunda em matas ferteis e campos próprios para a criação de gado vaccum e cavallar”, atraiu a cobiça de colonizadores que, para liberar a região infestada pelos “Canoeiros considerados como a tribo mais feroz do Estado promoveram guerras que trouxeram como conseqüências, além da redução demográfica, sua fragmentação em pequenos grupos e o nomadismo advindo do aumento da capacidade de mobilidade espacial desses

grupos menores. Dentro dos seus territórios de movimentação e de outros para onde migraram, permaneceram autônomos.

No norte da província de Goiás ainda havia terras não completamente ocupadas por fazendas. Eram áreas entre serras, de difícil acesso e que se constituíam em locais de refúgio para que os Avá pudessem se recompor enquanto sociedade.

Os Avá-Canoeiro, registrados por Nimuendaju como morando nas águas do Araguaia e ocupando a parte sul da ilha do Bananal, são fruto dessa dispersão compulsória. Fugindo da região tocantina, estabeleceram-se definitivamente na bacia do Araguaia. Um pequeno grupo sobrevivente foi contatado em 1973 e hoje vive sob a assistência da FUNAI naquela ilha.

Também resultam dessa dispersão, embora mais recentemente, os Avá-Canoeiro localizados no município de Unai, Minas Gerais, na década de 1980. Pode-se até aventar o caminho por eles percorrido. Desde 1854 há documentos históricos registrando a presença de índios Avá-Canoeiro nas cabeceiras do rio Maranhão. Em 1879 e 1889 há informes de sua presença na região de Acaba-Vida, cabeceiras do rio Bagagem. No início do século XX eles aparecem na região que hoje constitui os municípios de Mimoso e Padre Bernardo, já nas proximidades do atual Distrito Federal, a sudeste da qual localiza-se a região de Unai onde os Avá foram encontrados. É provável que o grupo que se supõe estar no município de Unai lá se fixou percorrendo essa antiga rota ancestral.

Ao longo do processo de colonização da região central do Brasil, os Avá vêm sendo violentamente rechaçados e compelidos a um deslocamento contínuo em direção a uma área de terras ainda sem grande valor comercial devido às suas características geológicas e climáticas, que dificultam a atividade agrícola. São terras que, apesar de se encontrarem à margem da “fronteira agrícola”, possuem potencial extrativista, o que já vem suscitando a sua exploração.

Os Avá enfrentam as últimas frentes de expansão. Os conflitos ocorrem e novamente esses índios são desalojados das melhores terras, migrando para locais inóspitos, serranos e alagados, onde a agricultura torna-se impraticável. Mais uma vez os Avá-Canoeiro tiveram que se adaptar ao novo modo de vida para sobreviver de modo autônomo.

Desse uma vez imenso território Avá-Canoeiro apenas uma fração está prevista para demarcação. É a área de 38.000 hectares que se localiza nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul. Em princípio, este é o território do grupo Avá

liderado por lawi. Os demais grupos estão localizados em outras áreas, outros territórios próprios. Estabelecer o direito desses grupos às terras que ocupam, ou trazê-los todos para viver no território a ser demarcado como TI Avá-Canoeiro é uma decisão que comporta responsabilidade e segurança. Caberá ao Estado brasileiro cumprir o seu dever corretamente.



# 5 DA AÇÃO DO ESTADO: O SPI E A FUNAI

---

---

*A história dos Avá-Canoeiro se confunde com a história da intervenção de agentes do Estado (luso)brasileiro desde o século XVII. As bandeiras e entradas que os atacavam vinham com ordem oficial de destruir suas aldeias e população, nunca de protegê-los ou trazê-los ao convívio. Aliás, as poucas tentativas de catequizá-los resultaram em nada. A partir deste século a ação do Estado surge na década de 20, com o conhecimento de sua existência por parte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), motivado pelas denúncias de massacres que estavam sofrendo. No fim da década de 40 o SPI faz um esforço para contatar alguns grupos Avá, sem lograr êxito. Com a FUNAI, a partir de 1971, novas equipes são enviadas, mas sempre sem sucesso, até que o grupo de Avá que vivia nas águas do rio Araguaia é contatado em dezembro de 1973. Infelizmente, porém, esse pequeno grupo de nove pessoas é transferido para a ilha do Bananal, onde apenas quatro conseguiram sobreviver, adicionadas de seis membros mestiços, aos anos de desconforto pela convivência assimétrica com os índios Javaé e Tuxá. Em 1983 um grupo de quatro Avá se apresenta ao contato próximo ao córrego dos Macacos, afluente do alto rio Tocantins. Hoje eles somam seis indivíduos e vivem sob a assistência da FUNAI, em conjuminância com FURNAS. A mais importante ação estatal até agora exercida pela FUNAI foi o desencadeamento do processo de demarcação da Terra Indígena Avá-Canoeiro, iniciado desde o início da década de 70, concorrendo com a ação consciente de diversos indigenistas e sertanistas da FUNAI.*

---

---

## O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI

Não é de hoje que o Estado brasileiro exerce seu poder sobre os índios Avá-Canoeiro. No século passado, sua ação se dava através da arregimentação de forças públicas para atacar aldeias Avá-Canoeiro, como vimos nos relatos de Cunha Mattos e Couto de Magalhães. Neste século, a partir de 1910, quando é criado o Serviço de Proteção aos Índios - SPI - como órgão encarregado da questão indígena, a ação do Estado se dá por outros métodos e para outros fins. Já não é mais aceitável a prática da violência, há um interesse em prover algumas garantias mínimas para salvaguardar as populações indígenas, mas a sua atuação está longe de alcançar o objetivo de proteger e assistir os índios do Brasil.

Em relação aos Avá-Canoeiro, o SPI nunca os considerou como uma de suas prioridades de ação. Notícias desses índios e das perseguições a eles infligidas já eram do conhecimento do órgão desde a década de 20. No relatório anual de 1929 do encarregado do SPI com base em Goiânia, Alencarliense Fernandes da Costa, em expedição ao Tocantins, que incluiu o levantamento geográfico do Araguaia até Leopoldina, são narrados os “actos deshumanos” de um senhor Antonio Correia que comandou diversas perseguições armadas às aldeias dos Avá-Canoeiro, matando seus componentes e raptando, em alguns casos, crianças.

Todavia, uma atuação oficial dirigida aos Avá só começou a partir de meados da década de 1940. A primeira iniciativa por parte do SPI de atração dos Avá-Canoeiro teve início em maio de 1946, com a instalação do Posto dos Canoeiros, na Serra da Tromba, município de Amaro Leite, atual Mara Rosa. Realizaram-se diversas incursões no seu território, compreendido, principalmente, pelos municípios de Santa Teresa, Niquelândia e Cavalcante. Foram feitas aberturas de picadas, veredas e toda sorte de atividades inerentes ao processo de atração de “índios arredios”. O contato não se consolidou, apesar dos vestígios deixados e de alguns encontros entre os Avá e sertanistas do SPI.

*“Ultimamente, isto é, de Agosto a Novembro, os Canoeiros nos tem visitado com grande insistencia, não somente no nosso acampamento como nos locais de Serviço, recolhendo alguns brindes, diminuindo essas visitas no período das grandes chuvas ultimamente caídas”.*

A atividade de atração aos Avá-Canoeiro prosseguiram com dificuldades orçamentárias e de recursos humanos para a composição da equipe. Em 1948 foi elaborado um documento intitulado “Normas para regularizar e tornar eficiente

os trabalhos a que são obrigados os servidores de serviço de atração aos Canoeiros” (Ordem de Serviço nº 46 de 18.10.48), com o intuito claro de alcançar o objetivo principal do serviço.

A demora no estabelecimento do contato com os Avá, além de dificuldades de caráter administrativo, ensejou uma disposição contrária à manutenção do posto de atração, e resultou, em meados dos anos 50, na sua completa desativação. Em informação contida no relatório de 24.01.50, o chefe da 8ª Inspeção Regional em Goiânia (IR 8), Carlos Olympio Paes, sugere que a área do Posto Canoeiro se transforme em centro de abastecimento dos postos indígenas do norte de Goiás, já que as terras eram consideradas excelentes para a produção de cereais, especialmente amendoim, mandioca, arroz e batatinha, cana de açúcar, legumes, frutas, etc., além de criação de gado bovino, de suínos, caprinos, ovinos e galináceos. Quanto ao serviço de atração aos Avá, Carlos Paes propõe que as verbas sejam redirecionadas para a atração e pacificação dos Xavante, “cujos resultados já bem adiantados, exigem trabalhos sem solução de continuidade.”

*“A atração dos índios Canoeiros, além de pouco conhecidos pelos nossos indigenistas, cujas pesquisas ainda não lograram localizar-lhes as aldeias, é trabalho que, a meu vêr pode ser considerado ainda prematuro para um serviço de atração como o dos Chavantes, e cuja solução dependerá de muita técnica e conseqüente despesa na organização de uma turma especializada nêsse assunto.”*

Durante as décadas de 50 e 60, intensificou-se o processo de ocupação e povoamento da área compreendida entre os municípios de Peixe, Paranã e Amaro Leite, aumentando, por conseguinte, o enfrentamento entre os índios e os novos moradores. Em conseqüência ocorreram diversos massacres, entre os quais ficou conhecido como o da Mata do Café.

O presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO, em ofício de 14.08.64, comunica a realização de trabalhos de demarcação de áreas de terras na região de Amaro Leite e “a resistência de índios arredios, ocupantes da região da gleba onde desenvolvem os trabalhos”. Em resposta, o chefe da IR 8, Augusto de Souza Leão, notifica o compromisso do órgão na pacificação e delimitação “da gleba possuída por esse ameríndio” ainda no ano de 1964.

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Contudo, o agravamento das relações entre índios e sociedade regional não implicou uma ação mais rápida por parte do órgão indigenista. A retomada dos trabalhos junto aos Avá só se daria em 1969, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que substituiu, em 1967, o antigo SPI. O retorno à área era em decorrência de uma série de reclamações por parte dos fazendeiros do distrito de Colinas e outras localidades, nos municípios de Cavalcante e Niquelândia, contra os índios que estariam "atacando" os rebanhos da região. Esse retardo pode encontrar alguma explicação numa antiga e infeliz polêmica quanto à origem desses índios e a uma suposta "mistura com negros", o que os tornaria excluídos da assistência pela FUNAI. Seu presidente, Gal. Bandeira de Mello, alegava que só podia se preocupar com "índios puros".

Mas a contínua presença dos Avá-Canoeiro na área à margem do Tocantins, na direção dos municípios de Uruaçu, Trombas e Niquelândia, e a proximidade com o Distrito Federal, levaram o então Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, a determinar, em 1970, a formação de uma "expedição mista" composta pela FUNAI e a 3ª Brigada de Infantaria, cujos resultados não são conhecidos. (Torai 1984/85)

A continuidade das reclamações contra os índios Avá-Canoeiro obrigou a FUNAI a formular uma política de atração. Em 1971, formou-se uma frente de atração sob a chefia do sertanista Israel Praxedes Batista, que já participara anteriormente em iniciativas de atração. Os trabalhos, que tiveram início no mês de agosto, constataram a presença Avá na região, o que levou o sertanista a solicitar à FUNAI "uma gleba limitada pelos rios Piaus, Escuro e Pau Seco e às margens do rio Formoso, oficiando-se ao governo do Estado de Goiás e ao INCRA pedindo a conservação das Terras ainda disponíveis até a pacificação dos índios". O governo do Estado de Goiás reservou 32.000 ha no município de Cavalcante, aproximadamente na região que hoje integra a Terra Indígena Avá-Canoeiro.

Cabe mencionar que as notícias de aldeias Avá eram freqüentes e os contatos com fazendeiros e posseiros da região ocorriam com regularidade. Em seu relatório de 25.07.72, Israel Praxedes registra "uma batida" efetuada pelos vaqueiros da fazenda Dorilândia a um aldeamento indígena.

As tentativas de "limpar a área" de invasores e posseiros, de plantar roças para os índios e mesmo a diversificação de brindes como cobertores e sacas de aniagem não conseguiram atrair os índios.

## CONTATANDO OS AVÁ DO ARAGUAIA

As atividades de atração prosseguiram em duas frentes principais: uma na região do Formoso, no Araguaia, e a outra em Cavalcante, no alto Tocantins. Apesar de o sertanista Praxedes reportar sempre em seus relatórios a iminência do contato com os Avá, foi o seu substituto, o sertanista José Apoena Meirelles, que efetivou a atração do grupo do Araguaia, em novembro de 1973. Logo em seguida, ao invés de demarcar o seu território, os Avá são transferidos para a ilha do Bananal e assentados junto aos Javaé, que os consideram um grupo “inferior”. Assim, foram estabelecidos entre dois povos relações assimétricas, em que os Javaé se posicionaram como superiores e negaram aos Avá-Canoeiro os seus valores mais essenciais de povo autônomo, inclusive o de falarem a sua própria língua em público. Dos nove índios contatados, quatro morreram nos primeiros anos de convivência e um mais veio a morrer em 1992, após ter sido contaminado pela mau uso de agrotóxicos quando trabalhava numa fazenda. Nesse sentido, a previsão feita pelo sertanista Apoena Meirelles e sua esposa antropóloga ficou aquém do resultado final.

*“Os Canoeiros serão transferidos para um local que desconhecem, se tornarão sedentários, quando estavam acostumados a uma mobilidade constante. Esses caçadores nômades serão transformados em agricultores e criadores.” (Meirelles & Meirelles, 1973: 74:21)*

## EM BUSCA DOS AVÁ DO TOCANTINS

O retardamento do contato com os índios e a intensificação das frentes de expansão em virtude da abertura da estrada Belém-Brasília na área tradicional Avá impuseram a esses grupos um recuo, constatado em carta do sertanista José Aucê ao delegado da 7ª Delegacia Regional -DR 7 (antiga IR 8) em 11.09.76. Um ano mais tarde, esse sertanista chefiou uma nova frente de atração, quando localizou e fotografou um abrigo provisório no município de Niquelândia.

A necessidade da efetivação do contato tornava-se cada vez mais premente, o que levou o delegado da DR 7, Ivan Baiocchi, em 1981, a determinar a intensificação dos trabalhos de atração dos Avá. Em julho desse ano, o funcionário Antonio Bonis, ao se dirigir à fazenda de Israel Praxedes, no município de Cavalcante, relatou ter encontrado um grupo de 14 índios que lhe pediu alimentos na barra do córrego do Macaco. Outra aparição dos Avá ocorreu alguns meses antes com um refugiado da fazenda de Praxedes, quando lhe pediram comida. Ainda em setembro, oito índios são vistos pegando um animal de uma fazenda na localidade de Cocheira, a 20 km da Frente de Atração Avá-Canoeiro (FAAC).

No seu relatório de serviços, o encarregado da FAAC, Gilvan Brandão Silva, solicita a interdição oficial de Terra Avá-Canoeiro como forma de impedir a entrada de pescadores e caçadores na região de perambulação do grupo, entre a Cachoeira das Êguas e a Serra do Pontal.

Como se observa, o aumento da ocupação da área e a conseqüente alteração do meio ambiente, com evasão de caça e a impossibilidade de fazer roças, obrigavam os Avá a procurar o contato com a FUNAI que, a despeito de tantos esforços e manutenção de frentes de atração, ainda não havia, até o início dos anos 80, contactado esse grupo do Tocantins.

Com o objetivo de reverter esse quadro, a Ajudância de Araguaína, agência regional subordinada a Goiânia, criada em 1982, montou a “Operação Presença”, “cuja finalidade principal seria a de orientar e educar os regionais em como proceder quando avistassem os índios e principalmente adverti-los contra qualquer tentativa de revide aos constantes saques impetrados (*sic*) pelos Avá-Canoeiro nas fazendas da região.”

A intervenção nessa área se acentuou com a presença não apenas de fazendeiros e posseiros, turistas e caçadores, mas de novas mineradoras e, especialmente, de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (que instalou um acampamento nas proximidades de Cachoeira das Êguas em setembro de 1982), obrigando os Avá, cada vez mais, a se refugiarem nas serras da região.

No final de 1982, funcionários da Ajudância identificaram dois grupos - um entre as cidades de Cavalcante e Minaçu, no rio Tocantins, próximo à Serra do Retrato, e outro no município de Monte Alegre, próximo ao rio Paranã. Com base nesses dados, o encarregado Gilvan B. Silva sugeriu a criação de um posto de vigilância na área dos rios Paranã ou Tocantins.

Fazia-se, pois, cada vez mais urgente a interdição de uma área para a localização dos grupos Avá e sua fixação. Com essa finalidade foi formado, em dezembro de 1982, um grupo técnico que, após viagem percorrendo os municípios de Minaçu, Cavalcante e Monte Alegre, propôs uma área de 38.000 ha às margens do alto Tocantins, situada nos atuais municípios de Minaçu e Colinas do Sul (antigo distrito de Cavalcante), formalizada pela FUNAI através de Portaria nº 1850/E de 08.04.85. Cabe ressaltar que, no relatório do antropólogo desse grupo de técnico, Arthur Mendes, é destacada, mais de uma vez, a necessidade de dotar a Frente de Atração Avá-Canoeiro de condições de caráter financeiro e recursos humanos “compatíveis com a magnitude e a dificuldade da missão” e a urgência de a FUNAI atuar na área de forma efetiva “em razão do pouco espaço que resta ao índio, obrigando-o a se expor ao saque às fazendas e em virtude do estado de ânimo dos moradores locais que se julgam no direito de revidar tais ataques para não ter seus rebanhos consumidos a troco de nada.”

### A RESPONSABILIDADE DE UM CONTATO INESPERADO

O contato com um dos grupos Avá procurados se deu inesperadamente no córrego Pirapitinga, na Serra da Mesa, município de Minaçu, em agosto de 1983. Ao voltar de uma caçada, o regional Reginaldo Gomes dos Santos deparou-se com quatro índios que estavam famintos e assustados. Levou-os para casa e comunicou o fato à unidade da FUNAI em Goiânia. Posteriormente, o sertanista Otávio Canguçu transferiu-os para as proximidades da foz do córrego dos Macacos, afluente do Tocantins, terra tradicional Avá, o que se revelou em estímulo à fixação do grupo no local e à consolidação do contato.

Desde o momento do primeiro contato com os Avá do Tocantins e a instalação do Posto Indígena Avá-Canoeiro, funcionários e pesquisadores continuaram a ressaltar a necessidade de dotar o posto de melhores condições de funcionamento, a conveniência da atração dos grupos ainda arredios na região e a reunificação dos Avá, trazendo para sua área tradicional o grupo transferido para a ilha do Bananal, em 1973.

O programa de Aproveitamento Hidrelétrico de São Félix e a intensificação das obras da Usina da Serra da Mesa criaram uma situação crítica para os Avá que estavam localizados a poucos quilômetros do canteiro de obras de FURNAS. Como forma de encontrar soluções possíveis frente ao quadro em que se encontrava esse grupo

indígena, foi firmado um convênio entre FURNAS Centrais Elétricas S.A e a Fundação Nacional do Índio, em 26.11.86, estabelecendo que o órgão indigenista “adotará providências necessárias no sentido de atrair, proteger e Avá-Canoeiro os grupos indígenas Avá-Canoeiro desaldeados, que perambulam pela região de Serra da Mesa, garantindo-lhes um local próprio e seguro, dentro do território nacional, porém fora do raio de influência das Usinas de Serra da Mesa e Cana Brava, que constituem o Aproveitamento Hidrelétrico de São Félix” e “compromete-se, ainda, a transferir os 4 (quatro) índios para área mais afastada das Usinas de Serra da Mesa e Cana Brava”. FURNAS, por sua parte, comprometia-se em prestar apoio material, como doação de motosserra e maletas de primeiros socorros, e empréstimo de pessoal especializado e meios de transporte na área. (Convênio nº 023/86)

O referido convênio foi o primeiro passo para a formulação de um efetivo programa de cooperação possibilitado pela conscientização quanto ao papel que os dois órgãos do Estado brasileiro poderiam desempenhar para a concretização de uma política com base no desenvolvimento sustentável: FURNAS compreende a legitimidade dos direitos indígenas às suas terras e passa a ver os Avá como parceiros privilegiados em seu empreendimento UHE Serra da Mesa; por outro lado, a FUNAI tem em FURNAS um instrumento ágil e eficiente que possibilita suas ações no sentido da garantia dos direitos desses povos e da preservação étnica dos Avá-Canoeiro.

Outras ações conjuntas vêm sendo realizadas. Uma delas, de extrema relevância, consiste na reativação das frentes de atração. Não obstante as constantes notícias, nos anos seguintes ao contato, da existência de grupos isolados na área interdita, até o momento, a FUNAI não conseguiu realizar esse intento. De acordo com relatórios da antropóloga Mônica Pechincha e do técnico indigenista Wellington Figueiredo, elaborados em 1987, a falta de condições materiais, aliada às dificuldades geográficas da área, é a responsável pelo retardamento desse contato, fundamental para a continuidade física e cultural do grupo Avá.

*“A mobilidade e rapidez de deslocamento das Equipes de Localização e Contato são fatores essenciais para seu êxito, bem como sua independência operacional, comunicações entre si e com seus veículos. Somente desta forma poderemos compensar as dificuldades impostas pelas características da acidentada região.”*

A situação crítica em que se encontram, atualmente, os Avá-Canoeiro é resultado não só de longos períodos de hostilidade por parte de setores oficiais e particulares da sociedade nacional, como também da inoperância descaso do órgão de proteção aos índios do Estado brasileiro. Em nenhum momento registraram-se

grandes esforços no sentido de apurar os fatos de perseguição e muito menos de responsabilizar os mandantes de crimes praticados contra os índios.

Na sua grande maioria, as ações do SPI e da FUNAI eram respostas a avisos e pedidos por parte de fazendeiros e sitiantes que entravam em contato com esse grupo indígena. Um programa sistemático voltado especificamente aos Avá é, pois, uma iniciativa recente.

A situação é ainda agravada pelo envolvimento de funcionários do órgão indigenista em operações de grilagem de terras de legítima posse indígena, como parece ter sido o caso do Sr. Praxedes, além de outras iniciativas que contrariam frontalmente os direitos desse povo a seu território e à preservação de sua cultura. Cita-se como triste exemplo o relatório do técnico em agrimensura da Divisão de Assuntos Fundiários da 6ª Superintendência Regional (6ª SUER), Elves Pedro Martins, que apresenta entre suas sugestões a redução da Terra interditada para 800 hectares ou “a remoção do grupo para o Parque Nacional do Xingu ou então o Parque Nacional do Araguaia.”

A determinação demonstrada pela FUNAI para demarcar a Terra Indígena Avá-Canoeiro é resultado do processo de sensibilização do órgão para com esse povo, o que vem ocorrendo desde a década de 80. São inúmeros os registros quanto à urgência da demarcação da Terra Indígena interditada pela Portaria nº 1850/85. A urgência se deve à necessidade de coibir a permanência e ação de posseiros, garimpeiros, madeireiros, pescadores e caçadores que, em sua maioria, não reconhecem a área como território tradicional indígena e se acham donos dos locais onde moram. Praticam uma agricultura de subsistência com pecuária limitada: consorciado ao plantio tradicional (milho, arroz, feijão, etc, semeiam capim com a expectativa de formação de pasto. Muitos deles, promovem danos irreparáveis ao meio ambiente com a utilização de maquinário para extração de ouro, como “chupadeiras”, e a abertura de estradas para o escoamento de madeira, notadamente aroeira, além da existência de carvoeiros que abastecem empresa mineradora em Niquelândia.

Em correspondência encaminhada à Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI, em 01.03.94, o chefe do Departamento de Índios Isolados, Sidney Possuelo, deixa clara a sua preocupação com essa questão:

*“Enquanto não ocorre a demarcação, FURNAS avança com suas obras, permanecem os posseiros, e garimpeiros e madeireiros prosseguem depredando ainda mais a região. Esse conjunto de situações nefasta aos índios deve ser coibido e, entendo que a demarcação é o passo inicial.”*

No momento, o processo de demarcação encontra-se em andamento, tendo sido realizado o levantamento fundiário, etapa essencial desse processo, conforme o Decreto nº 22 de 04.02.91 que “dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e de outras providências”. Esse levantamento, além de se constituir em elemento obrigatório, é imprescindível para a retirada da área dos 64 ocupantes não índios recenseados por uma equipe da FUNAI, FURNAS e INCRA.

# 6 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

---

---

*Nos dias atuais toda política de desenvolvimento deve se cingir de uma preocupação com o meio ambiente. Isto quer dizer que as ações a serem desencadeadas por força de investimentos numa determinada região deverão atentar para as possíveis conseqüências ao meio ambiente existente. A aplicação dessa idéia fez-se prevalente na década de 80 a partir da publicação do relatório da Comissão de Meio Ambiente da ONU, *Our Common Future*. Daí surge com expressão política internacional o conceito de desenvolvimento sustentável. Aqui estão incluídas preocupações não só com a preservação do meio ambiente e o não comprometimento das condições otimizadas do meio ambiente para as gerações futuras, mas também com os indivíduos e grupos sociais e étnicos que compõem esse meio ambiente latu sensu. Além do mais, a noção de diminuição das desigualdades sociais, inclusive, no caso das nações, do encurtamento das diferenças entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, ou, entre o Norte e o Sul, compõe o quadro geral do conceito de desenvolvimento sustentável. É com esse sentido que o AHE Serra da Mesa pretende inserir-se na região Centro-Oeste e, especificamente, na micro-região em pauta. Seu principal papel é contribuir para o aumento da oferta de energia elétrica para o país como um todo, mas também é o de ensejar condições de aplicação de desenvolvimento sustentável na região. Em relação aos Avá-Canoeiro o AHE Serra da Mesa se propõe uma parceria onde reconhece os direitos desses índios à sua existência cultural e às suas terras. Além do mais, reconhece que lhe será proveitosa a presença dos Avá cercando o futuro lago da barragem, pois assim haverá menos perigo de assoreamento e poluição, como seria o caso da presença de fazendas, mineração e outros empreendimentos econômicos.*

---

---

## UM MARCO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Aproveitamento Hidrelétrico Serra da Mesa desponta como um marco no alto Tocantins tanto pelo desenvolvimento econômico que poderá incentivar, como pela transformação que representa no aproveitamento dos recursos naturais. Realiza-se numa região tradicionalmente pobre e subdesenvolvida que, desde a década de 50, vem penosamente se adaptando aos efeitos de sucessivos programas e iniciativas voltados para seu desenvolvimento. Esses programas propiciaram a expansão de alguns tipos de atividades econômicas e a aceleração do crescimento demográfico e da urbanização, mas em pouco contribuíram para superar as dificuldades estruturais da região.

Para os Avá-Canoeiro esse último período de quase meio século de relacionamento forçado, agressivo e fugidio com a sociedade regional tem resultado no estreitamento de suas possibilidades de continuar existindo como um povo. As políticas desenvolvimentistas das últimas décadas implicaram, de fato, a intensificação dos processos de ocupação de terras outrora indígenas, com fortes alterações ambientais.

Acresce que nada disso modificou a tradição, que já se consolidara entre os regionais, de considerar os Avá um povo hostil a ser varrido do caminho do desenvolvimento da sociedade nacional, ainda que a custa de sua eliminação pura e simples.

A construção e implantação do AHE Serra da Mesa apresenta uma oportunidade para que sejam transformados, de modo definitivo, os termos dessa relação perversa. Por um lado, ele vem contribuir para sanar um dos gargalos estruturais que dificultam o crescimento e a melhoria das condições de vida naquelas regiões, ou seja, a carência de energia. Associa-se, por outro lado, à manutenção da Terra Indígena Avá-Canoeiro e ao propósito de reconstituição do povo Avá.

Dessa forma, e pela primeira vez na conflituosa história da relação dos Avá com a sociedade nacional em expansão, um projeto fundamental para o desenvolvimento econômico tem condições de apoiá-los ao invés de agredi-los e eliminá-los.

Trata-se de uma nova realidade, sustentada pela Constituição do país, e que está em plena sintonia com os anseios da sociedade brasileira de conciliar o progresso econômico com a preservação ou, ao menos, com o menor impacto possível sobre o meio ambiente.

Criticado por tantos anos por suas políticas de desenvolvimento agressivo ao meio ambiente, o Brasil envida esforços para estabelecer novos parâmetros de desenvolvimento através de iniciativas pioneiras de transformação regional, aproximando-se cada vez mais do que atualmente se conhece como desenvolvimento sustentável.

## NOVA CONSCIÊNCIA INTERNACIONAL

A idéia de desenvolvimento sustentável procura conciliar o desenvolvimento econômico com uma intervenção ambiental cuidadosa, de modo que possa ser promovido o bem-estar das gerações presentes sem criar obstáculos para as gerações futuras. Nos termos dessa nova equação de desenvolvimento e progresso, incluem-se agora as preocupações de eliminação da pobreza e das disparidades de riqueza e poder entre os países do Norte e do Sul do mundo político atual.

Essa consciência internacional vem se consolidando desde que, em 1983, a Assembléia Geral das Nações Unidas determinou à Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento que desse início aos estudos para uma agenda global visando a mudança nas concepções sobre pobreza, crescimento econômico, degradação ambiental e industrialização, com o objetivo de definir estratégias para atingir um tipo de desenvolvimento sustentável.

O resultado desses estudos foram apresentados na publicação, em 1986, do relatório *Our Common Future*, marco que carimba os novos tempos de conjunção de preocupações sociais com ambientais. Desse documento e dessas preocupações faz parte o reconhecimento da importância de se proteger os povos indígenas. Estes, com sua experiência histórica e sua cultura, seus modos de organizar a vida social e interagir com o meio ambiente, constituem um patrimônio da humanidade, cuja perda é sempre insubstituível.

A relação entre o AHE Serra da Mesa e a TI Avá-Canoeiro, entre FURNAS e o povo Avá, apresenta-se, pois, como um episódio localizado e importante de preservação de recursos ambientais e da possibilidade de desenvolvimento preocupado com a preservação dos recursos naturais.

Deve servir, sem dúvida, como um marco na direção do desenvolvimento sustentável das regiões centrais do Brasil.

## FORMAÇÃO DA SOCIEDADE REGIONAL

A conquista e ocupação do território tradicional dos Avá fizeram-se, até a década de 1950, à margem dos núcleos dinâmicos de formação da sociedade brasileira. Seus eixos principais foram a mineração e a pecuária, e nem uma nem outra mostrou-se capaz de engendrar processos poderosos de colonização e fixação populacional.

Os recursos minerais esgotavam-se rapidamente, após gerar concentrações localizadas de população que, em muitos casos, perdiam as condições de permanência. A atividade pecuária, mais propensa a fomentar uma ocupação contínua e continuada de territórios, sofria com a distância dos centros consumidores potenciais para seus produtos e com a precariedade dos meios de comunicação.

A baixa densidade populacional e econômica da ocupação regional esteve associada a uma situação de enfrentamento permanente com os povos indígenas daquelas áreas, os Avá-Canoeiro em especial, que só começou a ser definida a favor dos regionais a partir de meados do século XIX.

A situação foi, pois, reiterativa do modelo clássico da conquista, em que os índios eram vistos como obstáculos à expansão econômica e ao progresso social. O acesso e o aproveitamento dos recursos naturais da região estavam associados com o controle ou eliminação das populações indígenas, restringindo, de qualquer modo, suas condições de existência autônoma. De fato, durante a maior parte de sua história, as administrações de Goiás tiveram entre suas preocupações maiores a eliminação do perigo indígena e a superação dos entraves de comunicação com outras regiões.

O meio ambiente em que isso se processou era de vários modos adverso à consolidação da sociedade regional: solos pobres e regimes de chuva freqüentemente inadequados para o plantio, rios encachoeirados e pouco propícios a transporte dos grandes volumes que demandava o crescimento da atividade comercial, ou então navegáveis apenas em parte do ano, o que dificultava o fluxo regular de produtos com outras regiões.

A sociedade nacional em expansão, com seus modelos de agricultura e pecuária e suas necessidades de transporte e comunicação, trazia demandas específicas que se chocavam com as condições ambientais. Ao mesmo tempo, e diferentemente das sociedades indígenas, não dispunha de um cabedal de conhecimentos para o melhor aproveitamento dos recursos regionais.

Desde o início da ocupação daquelas terras os índios foram vistos tanto como entraves quanto como fonte de conhecimento sobre o meio ambiente. Foi notória, por exemplo, a aplicação de suas habilidades na navegação dos rios das bacias do Araguaia e Tocantins. Como em outras partes do país, formaram-se populações mestiças que adaptaram aspectos do legado cultural nativo a suas técnicas, estendendo-se até hoje, por exemplo, na agricultura de subsistência.

Dessa forma, o conhecimento do meio ambiente foi um vetor que incentivou a incorporação de algumas populações indígenas às lógicas da formação da sociedade brasileira na região. Entre os povos que não participavam dessa dinâmica, os Avá Canoeiro sempre estiveram em destaque.

A despeito das dificuldades de ocupação daqueles territórios do Brasil Central, a sociedade regional foi se consolidando em núcleos de ocupação permanente. Assim, por exemplo, Colinas do Sul, onde hoje se situa parte do Território Indígena Avá-Canoeiro, desmembrou-se, em 1989, de Cavalcante, que, por sua vez, resultou de uma povoação formada em meados do século XVIII em conexão com a exploração de ouro, a qual foi elevada a município em 1831. No Sertão de Amaro Leite, também associado à história dos Avá, havia uma povoação desde 1742, embora apenas em 1953 a continuidade dessa ocupação regional tenha-se transformado num município, hoje sob o nome de Mara Rosa.

Outro exemplo é o atual município de Porangatu que se originou de uma das mais antigas povoações de Goiás, a de Descoberto, que data da primeira metade do século XVIII e que foi, várias vezes, atacada pelos índios Avá-Canoeiro. Apenas em 1948 Porangatu tornou-se município. A demora com que os núcleos de povoamento regional se transformavam em municípios é um elemento indicador das dificuldades de formação da sociedade regional.

Essa consolidação lenta esteve associada a um processo que gerou equações sociais, econômicas e ambientais de difícil resolução. A sociedade nacional implantou-se com seus estabelecimentos regionais naquelas partes do Brasil. O potencial da região não encontrou, porém, condições históricas de aproveitamento

adequado e a exploração dos recursos naturais não resultou nas desejadas condições de vida para suas populações.

Em consequência, a pobreza passou a marcar a população regional, os povos indígenas viram-se ameaçados e os Avá em fuga.

Esses vetores históricos são ainda tensões presentes. Eles apontam para um desafio muito contemporâneo, o do crescimento da região para o benefício de suas populações, usando os recursos ambientais de maneira sensata, na direção do desenvolvimento sustentável.

## IMPULSOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desde a década de 1930, com o início da Era Vargas, a porção ocidental do Brasil é tema de preocupação do Estado brasileiro. A idéia de uma “marcha para o oeste”, embora antiga, se firma a partir da fundação de Goiânia e da instalação da Expedição Roncador-Xingu.

A despeito disso, o desenvolvimento da região Centro-Oeste, em particular da micro-região pertinente, sofreu impulsos bem marcados de políticas de governo apenas nas décadas de 1950 e 1970. Cumpre destacar, no entanto, que uma iniciativa governamental, anterior à década de 50, já dera início ao aumento de população e à intensificação de atividades econômicas na porção do estado de Goiás associada à existência do povo Avá. Assim, em 1941, fora criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que teve em Ceres seu núcleo urbano de apoio, ligada por rodovias com os eixos viários que, então, se consolidavam na região Sudeste. Criava-se, assim, uma base de expansão da fronteira agrícola, o que gerou uma dinâmica de migração contínua em sua direção com a incorporação de novas terras para a agricultura e o extrativismo.

Na década de 1950, tudo girou em torno da construção de Brasília, no contexto de uma política governamental de expansão do Brasil Central. A construção de Brasília desdobrou-se na construção de estradas cruzando a hinterlândia brasileira, das quais a Belém-Brasília foi a realização de maior impacto, e em iniciativas visando a consolidação da nova capital federal, todas mobilizadoras de recursos materiais e humanos. Gerou assim um crescimento das atividades econômicas e mesmo uma

diversificação dessas atividades em decorrência das necessidades de implantação e funcionamento da capital do país.

A década de 1970 foi caracterizada por políticas e programas específicos de desenvolvimento contemplando a região, seja na sua porção amazônica, seja no pantanal, seja nos cerrados, e mesmo o entorno da nova capital federal com o Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília. Tais programas interagiram, ademais, com a expansão da economia paulista rumo a Mato Grosso e Goiás.

No caso específico do território histórico dos Avá-Canoeiro, os impactos decorrentes da construção e consolidação de Brasília fizeram-se sentir de maneira significativa. Isso o demonstra a ampliação da infra-estrutura do Estado brasileiro na região com a multiplicação de cidades no então estado de Goiás, bem como o crescimento populacional. A proximidade da Capital Federal e as novas estradas, em especial a Belém-Brasília, começaram a tirar aquelas áreas das dificuldades estruturais de transporte e comunicação que até então as tinham caracterizado.

As políticas de desenvolvimento do Brasil Central, a partir da década de 1970, privilegiaram o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias de caráter empresarial, favoreceram a concentração fundiária, inclusive a de caráter especulativo, e fomentaram modalidades de exploração econômica tendentes ao mal aproveitamento da terra e de outros recursos naturais. Essas dinâmicas ocasionaram o crescimento da população nos núcleos urbanos, sejam os do porte de Belém e Goiânia, sejam as muitas pequenas e médias cidades hoje existentes em toda a região.

Esses processos trouxeram conseqüências mais fortes para áreas como o sul de Goiás, onde a intervenção das políticas governamentais resultou na transformação da base econômica em favor de atividades empresariais e na alteração do espaço geográfico. A agricultura comercial substituiu com ímpeto o antigo domínio do extrativismo, pecuária extensiva e agricultura de subsistência.

Ainda que em menor escala, impactaram também o território dos Avá, no qual se fizeram sentir as políticas de incentivo fiscal do governo e que foi abrangido especificamente pelo Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, também conhecido como POLOCENTRO, criado pelo Decreto nº 75.320 de 29.01.75 e cujos objetivos foram assim apresentados pelo Banco Central aos 19.6.75, na Circular nº 259:

*"o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias do Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial."*

O Estado brasileiro procurou munir-se, e à sociedade, de conhecimentos específicos sobre a região que pudessem servir de base ao desenvolvimento. Uma importante iniciativa calcada nessa preocupação foi o Programa de Desenvolvimento Integrado das Bacias do Araguaia e Tocantins (PRODIAT). O PRODIAT foi patrocinado pela Organização dos Estados Americanos e pelo governo brasileiro através do Ministério do Interior. Dele participaram os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Pará. Transcorreu entre 1981 e 1985, e teve por objetivo:

*"... realizar um levantamento completo dos recursos naturais e condições sócio-econômicas da Bacia, como base para a elaboração de planos regionais, programas de desenvolvimento integrado, projetos públicos e perfis para a orientação do setor privado, de modo a viabilizar o uso eficiente e adequado dos recursos da Bacia..."*

O território histórico dos Avá, como se há de compreender, não se conforma aos limites das divisões políticas e geo-econômicas, o que dificulta a apreciação do real impacto das políticas governamentais sobre o mesmo. Pode-se ter, no entanto, uma boa aproximação dela, considerando-se as microrregiões homogêneas onde se situa a Terra Indígena Avá-Canoeiro e observando-se as transformações por que têm passado os principais municípios goianos associados à história recente dos Avá.

A parte do território histórico que hoje compreende a Terra Indígena Avá-Canoeiro, seguindo a classificação do IBGE, situava-se em duas microrregiões homogêneas antes da criação do estado de Tocantins: Alto Tocantins e Chapada dos Veadeiros. Esta última, na qual se situa a maior parte da TI Avá-Canoeiro, foi das menos e mais tardiamente atingidas pelas dinâmicas da economia capitalista que se instalaram no cerrado em decorrência das políticas mencionadas. Somente a partir da década de 1970, empreendimentos de caráter empresarial instalaram-se nela, coincidindo com acréscimos expressivos em sua população.

Quanto à micro-região do Alto Tocantins, atravessada pela rodovia Belém-Brasília, cresceu em número de municípios e de habitantes e passou por transformações que permitem caracterizá-la como uma Zona de Transição entre o modelo antigo e as atividades de cunho marcadamente comercial, como analisa L. C. Guedes em sua tese de 1992.

Após a criação do estado de Tocantins, e a partir do censo de 1991, o IBGE reordenou a divisão de micro-regiões homogêneas do norte de Goiás. Assim, a TI Avá está agora em duas microrregiões: a de Porangatu e a de Chapada dos Veadeiros.

A TI Avá fica entre os atuais municípios de Colinas do Sul, na micro-região de Chapada dos Veadeiros e Minaçu, na de Porangatu. Outros municípios, que nesta Peça Antropológica foram relacionados à história dos Avá desde o início do século XX, fazem parte dessas microrregiões: Campinaçu, Campinorte, Formoso, Mara Rosa, Mutunópolis, Niquelândia, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Trombas e Uruaçu na micro-região de Porangatu; Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás e Nova Roma na micro-região da Chapada dos Veadeiros.

### CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, DIVISÃO TERRITORIAL E ECONOMIA REGIONAL

Aquela característica histórica de lenta consolidação dos núcleos de povoamento em Goiás foi definitivamente superada a partir da década de 1950, como consequência direta das políticas governamentais de desenvolvimento da região.

Esse impacto demográfico foi de pronto percebido. Assim, em 1978, o II Plano de Desenvolvimento da SUDECO (Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste) calculava o crescimento populacional da região em 5,6% para a década de 1950/1960 e 5,4% para 1960/70, enquanto os dados globais do Brasil apontavam, respectivamente, 3,2% e 2,9%. O mesmo documento registrava expressivo movimento migratório para a região entre 1950 e 1970, período em que as entradas na região quintuplicaram; ao mesmo tempo, nesse período, as saídas caíram de 1/5 do fluxo de entradas, por volta de 1950, para 1/8 por volta de 1970. Ademais, importa argumentar que houve, a partir de então, não só um aumento de população como a instalação de novos municípios.

Os municípios atuais de Goiás e Tocantins associados nesta Peça Antropológica com o povo Avá bem permitem observar isso, tomando-se como referência os períodos censitários do IBGE. Assim, em 1950 eram municípios constituídos apenas Cavalcante, Monte Alegre do Sul, Niquelândia, Porangatu, Uruaçu, Natividade, Paranã e Peixe. Em 1960, essa relação era acrescida de Mara Rosa (antes Amaro Leite), Mutunópolis, Nova Roma, Dueré e Gurupi. Os dados de 1970 permitem constatar que já haviam então sido adicionados a essa lista os municípios de Campinorte, Formoso e Santa

Tereza de Goiás. No censo de 1980, Minaçu e São Valério da Natividade passam a constar, e Campinaçu e Colinas do Sul no de 1991.

São também importantes os dados de crescimento da população desses municípios. Essa expansão populacional não é tão visível nos municípios mais antigos, que sofreram sucessivos desmembramentos territoriais para formação de novas unidades. Assim, Cavalcante contava com uma população de 7.196 habitantes, em 1920, e teve sua população, estimada pelo IBGE para 1993, em 8.188. Já Minaçu, que surgiu como distrito de Uruaçu em 1975, e, em 1976 foi transformado em município, contava, em 1980, com 15.505 habitantes, e teve sua população estimada em 33.097 para o ano de 1993. Também dobraram os números de Uruaçu para o mesmo período, de 18.135 para 36.105 habitantes.

Muitos municípios permanecem com populações numericamente modestas, como Campinaçu com 4.338 habitantes em 1993, Mutunópolis com 3.933 ou Nova Roma com 4.814, todos nas estimativas para 1993. Mesmo nesses casos a própria proliferação de municípios é indicativa do crescimento da população regional. Um município com pequena população estimada para 1993 por sua criação recentíssima é Colinas do Sul, desmembrado de Cavalcante em 1989, diretamente afetado pela implantação do AHE Serra da Mesa e para o qual o IBGE calculou 3.624 habitantes. Para outros municípios, o IBGE registra números expressivos para 1993, como Niquelândia com 41.772 habitantes, Porangatu com 42.115 e Gurupi, no estado do Tocantins, com 57.645.

Uruaçu, Porangatu e Gurupi são diretamente servidos pela Belém-Brasília, confirmando a vocação de eixo de urbanização dessa rodovia. Dos municípios de maior população citados, apenas Minaçu e Niquelândia não ficam às margens da Belém-Brasília.

Minaçu cresceu não só em associação com o empreendimento de FURNAS Centrais Elétricas S.A., mas também como importante base nacional de mineração de amianto, área de atividade em que se destaca a empresa SAMA, do grupo Eternit/Saint-Gobain-Pont-a-Mouson.

O crescimento de Niquelândia está, por sua vez, associado à exploração de níquel, onde se destaca a atuação da Companhia Níquel Tocantins do Grupo Votorantim.

A intensificação da migração para os municípios relacionados à história recente dos Avá esteve, inicialmente, associada à ocupação de terras e ao desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e de extração mineral. Isso se refletiu,

no censo de 1960, na importância do setor primário entre as atividades econômicas desses municípios. Assim, por exemplo, em Uruaçu 76,54% da população então dependiam do setor primário, 82,09% em Porangatu, 83,84% em Cavalcante, 85,03% em Niquelândia, 91,38% em Mara Rosa, 85,12% em Paranã. Esse padrão de ocupação econômica permanecia em alguns municípios no Censo de 1980, com ligeiras alterações como é o caso de Cavalcante (83,91%), ou Paranã (80,07%). Porém a tendência geral foi a de redução da importância relativa do setor primário como em Mara Rosa (72,92%), Niquelândia (64,38%), Porangatu (40,95%) ou Uruaçu (39,27%).

Minaçu, que passou a constar como município no censo de 1980, desmembrado de Uruaçu, surge já com esse novo padrão, com 35,10% da população dependente do setor primário, enquanto os valores para o setor secundário eram de 39,22% e para o terciário de 23,60%. Essa importância maior do setor secundário sobre o terciário deve-se à indústria da mineração, e o mesmo pode ser constatado para Niquelândia no mesmo censo de 1980: 21,42% contra 13,76%. Essas duas situações não são as mais comuns no quadro dos municípios de interesse, posto que a tendência dominante foi conjugar a redução de importância do setor primário a um aumento da presença do setor terciário. Isso pode ser observado em Uruaçu que, em 1980, registrava 43,11% para o setor terciário e 15,24% para o secundário ou Porangatu, com 41,42% versus 14,78%.

Essas tendências são compatíveis com a concentração da população nos centros urbanos, como pode ser visto no Quadro III, onde são apresentados os dados dos censos de 1970 e 1993.

O gráfico permite verificar que a tendência à urbanização foi generalizada nesses municípios nesse período de 21 anos. Os menos urbanizados tendem a ser aqueles em que foi menor o impacto das novas formas de atividade econômica que têm se implantado no cerrado. Este é o caso dos municípios que fazem parte da micro-região homogênea da Chapada dos Veadeiros, a qual recebeu com mais fraqueza e lentidão as mudanças acionadas pelos projetos governamentais para o cerrado. Há uma forte relação entre essa concentração urbana e o tipo de modernização que se verificou na economia em decorrência desses projetos. Esse quadro é condizente com as distorções geradas pelos mesmos, entre as quais o agravamento dos desequilíbrios sociais da região do Cerrado e aquilo que Charles Mueller chama de "esvaziamento patológico de seu meio rural" (1992:119).

A despeito dessas dificuldades, a construção de Brasília e as transformações econômicas verificadas no Cerrado, o adensamento populacional e até

mesmo a ampliação da malha urbana, estão associadas ao incremento da importância da região Centro-Oeste, agora firmemente atrelada à dinâmica econômica do Sudeste.

O crescimento que se verificou nas últimas décadas, nas áreas de interesse para esta Peça, não foi de modo a resolver suas dificuldades estruturais. A consolidação e desenvolvimento da região Centro-Oeste teve, historicamente, o transporte como gargalo principal; isso é notório no caso de Goiás e persistem dificuldades quanto a esse aspecto. Acresce que, com as transformações da economia brasileira no pós-guerra, em especial no que concerne à industrialização, a necessidade de energia tornou-se premente para que a região pudesse aproximar-se das partes mais dinâmicas do país.

### QUADRO III

Composição Percentual das Populações Rural e Urbana  
dos municípios de interesse em Goiás e Tocantins nos censos de 1970 e 1991

Municípios	Censo de 1970		Censo de 1991	
	urbana	rural	urbana	rural
Atual Estado de Goiás				
Campinaçu*	5,64	94,36	35,18	64,82
Campinorte	46,06	53,94	61,00	39,00
Cavalcante	10,46	89,54	24,42	75,58
Colinas do Sul*	16,62	83,38	34,22	65,78
Formoso	12,42	87,58	68,76	31,24
Mara Rosa	9,50	91,50	36,23	63,77
Minaçu			81,05	18,95
Monte Alegre	12,69	87,31	28,30	71,70
Mutunópolis	28,41	71,59	63,08	36,92
Niquelândia	11,50	88,50	58,57	41,43
Nova Roma	18,41	71,59	27,00	73,00
Porangatu	38,26	61,74	73,47	26,53
Santa Tereza	39,80	60,20	80,15	19,85
Uruaçu	46,21	53,79	83,05	16,95
Atual Estado de Tocantins				
Dueré	14,00	86,00	44,67	55,33
Gurupi	63,29	36,71	92,54	7,46
Natividade	15,34	84,66	44,63	55,37
Paraná	7,57	92,43	17,58	82,42
Peixe	11,14	88,86	19,32	80,68
São Valério			35,69	64,31
Taguatinga	17,00	83,00	46,13	53,87

\* Em 1970, Campinaçu era distrito de Uruaçu e Colinas do Sul era distrito de Cavalcante. (Fonte: IBGE)

O AHE Serra da Mesa surge como uma realização fundamental no sentido de superar essa barreira; trata-se de uma iniciativa concreta no caminho do desenvolvimento e dará condições para que a região do Alto Tocantins se transforme e se modernize. Suas principais obras realizam-se, ademais, no meio rural, ao largo dos centros urbanos onde a população vem se concentrando. Ao transformar o campo em base de geração de energia, adequa-se à tendência do desenvolvimento regional, podendo contribuir para sua melhor realização.

Dadas as condições regionais, a meta do desenvolvimento sustentável demanda uma maior disponibilidade de recursos energéticos. Na sua falta, torna-se impossível criar condições para a aplicação da ciência e da tecnologia que a adequada exploração dos recursos naturais da região e a meta de superação da pobreza exigem.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

A colonização, ocupação e expansão para o oeste foi objetivo geopolítico do Brasil desde a colônia. As bandeiras paulistas, a exemplo da de Antonio Raposo Tavares, muitas vezes tiveram propósito geopolítico claro de expansão. O Tratado de Madrid, de 1750, entre Portugal e Espanha, ratificou a expansão portuguesa na Amazônia e no Centro-Oeste em troca da Colônia de Sacramento no rio da Prata, então fundada e ocupada pelos portugueses. Muitos acordos e disputas se sucederam durante o século XIX e até o começo do XX para definir, finalmente, as fronteiras do Brasil não só com os países originários do domínio espanhol (Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina etc.), mas com colônias européias, como as Guianas.

A região da bacia do Tocantins-Araguaia foi, nesse contexto, rota de inúmeras incursões, objetivando o estabelecimento da rede de comunicação entre o leste e o oeste, o norte e o sul. As dificuldades de estabelecimento de caminhos terrestres - dada a topografia acidentada e outros obstáculos, entre eles, como vimos, os inúmeros grupos indígenas hostis estabelecidos na região - fez com que estas incursões se dessem, em sua maioria, por via fluvial. Conformou-se, assim, uma perspectiva de interligação do litoral norte com a bacia do rio da Prata, que com o passar dos anos, se reafirmou como viável e, já nesse século, como de expressivo interesse comercial.

Desde as primeiras penetrações no Centro-Oeste, entre os séculos XVII e XVIII, se aventou a hipótese de conexões fluviais entre os rios da bacia amazônica, como o Araguaia-Tocantins, o Xingu e os formadores do Madeira, com os tributários do rio da Prata, especialmente o Paraguai e os formadores do rio Paraná.

Os conflitos da segunda metade do século XIX, especialmente a Guerra do Paraguai, revelaram a fragilidade dos vínculos e das comunicações entre o litoral desenvolvido e as remotas províncias do Centro-Oeste, como Mato Grosso, invadido e em parte dominado pelos paraguaios. Mesmo antes dessa época, os intentos de estabelecer uma hidrovia utilizável para as comunicações interiores entre a Amazônia e o rio da Prata estiveram sempre presentes na mente e nos atos de administradores e estadistas. Exemplo disso é a navegação a vapor do vale do Araguaia, projetada e estabelecida pelo brigadeiro Couto de Magalhães na década de 1860. Esforços semelhantes foram desenvolvidos por empresários como o Barão de Mauá, que estabeleceu uma linha regular de navegação a vapor entre o rio da Prata e os sertões cortados pelo rio Paraguai.

O progresso tecnológico dos últimos anos e as óbvias vantagens econômicas do transporte de massa por via fluvial têm estimulado a retomada de projetos sobre a navegação interior por hidrovias, como a do complexo Tietê em São Paulo. As dificuldades e o fracasso relativo da grande rede de estradas terrestres, de que é exemplo expressivo a Transamazônica, certamente reativam a opção pela expansão das hidrovias não só na Amazônia, mas também no complexo fluvial do rio da Prata.

A região Centro-Oeste adentrou efetivamente as fronteiras da expansão nacional com a construção de Brasília e o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek. De lá para cá, grandes projetos se desenvolveram acoplados, com maior ou menor intensidade, à bacia do rio Tocantins tanto para exploração mineral como para a produção de energia elétrica, a exemplo de Carajás e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O AHE Serra da Mesa, no Tocantins, certamente não se encontra à margem dos interesses e estratégias políticas de integração e fixação da fronteira Centro-Oeste no cenário de desenvolvimento integral do Brasil.

Outros grandes projetos se desenrolam no momento envolvendo aquela região, entre eles é expressivo o do início da concretização da Hidrovia Araguaia-Tocantins através de uma primeira e recente liberação de recursos pelo governo federal para início das obras no trecho entre Cocalinho (MT) e Conceição do Araguaia (PA), cruzando a ilha do Bananal. Esse trecho da hidrovia prevê obras numa extensão de 2.292 km e o transporte de 69 milhões de toneladas, fazendo a ligação entre

os estados do Centro-Oeste, maiores produtores de grãos do país, e o Norte, especialmente os países importadores europeus. O que se prevê para o futuro é a extensão do projeto, concretizando o sonho da ligação Belém-Buenos Aires.

Este é um projeto que, tomando como marco o AHE Serra da Mesa, contribuirá para o desenvolvimento sustentável de toda a região, com perspectivas de melhorias futuras e de bem-estar generalizado para a população regional e nacional, e não como agravante de conflitos e promotora de impactos ambientais e sócio-culturais.

### O AHE SERRA DA MESA, A TERRA INDÍGENA E OS AVÁ

A definição do projeto do AHE Serra da Mesa correu paralelo à identificação e interdição da Terra Indígena Avá-Canoeiro e desde então a imbricação entre essas duas dinâmicas consolidou-se, até mesmo pela vizinhança e superposição parcial de ambas.

As relações entre o AHE e o povo Avá têm razões que se expressam no convênio entre FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a FUNAI e sustentam-se nas leis e na constituição, mas vão além do mero cumprimento de exigências formais: existem fatores objetivos de complementaridade que podem se tornar importantes para o sucesso da hidrelétrica e para a continuidade desse povo sob ameaça de extinção.

A hidrelétrica é um empreendimento que implica impactos diretos e bem característicos sobre o povo Avá e suas possibilidades de sobrevivência. A construção da hidrelétrica, por um lado, é mobilizadora de empresas externas à região e de grandes contingentes de trabalhadores. Trata-se de uma força de trabalho de caráter móvel, que tende a deslocar-se com o fim das etapas de construção. A intensidade com que isso ocorre coloca novos desafios à existência desse povo autônomo e arredio ao contato.

A execução do empreendimento opera realizando uma transformação localizada das condições ambientais, alterando o sistema hídrico em benefício da geração de eletricidade e, de resto, interferindo na paisagem para a transmissão da energia gerada. A TI Avá será diretamente afetada por isso, com a inundação de cerca de 10% de seu território e com a alteração do fluxo do rio Tocantins, que deixará de fluir a jusante da barragem por 15 a 18 meses até a barra do rio Peixe e

que terá uma largura maior e um regime mais estável após atingido esse objetivo. Acresce que a TI Avá será atravessada por linhas de transmissão.

Isso posto, é do interesse do AHE e de seu sistema de transmissão a preservação de todas as condições otimizadoras ante a iminência de novas transformações das condições ambientais. A gestão dessas condições importa, por exemplo, para evitar o comprometimento do reservatório formado, o que poderia diminuir sua capacidade de geração de energia e sua vida útil.

Assim, o fato de ter a hidrelétrica Serra da Mesa em sua vizinhança imediata a TI Avá-Canoeiro representa uma garantia de que, pelo menos nessa parte da região, não ocorrerão transformações ambientais que sejam prejudiciais ao empreendimento.

Desse modo, a conveniência que tem para a hidrelétrica a preservação de condições ambientais é um item que mais uma vez a entrelaça com as perspectivas de continuidade dos Avá. Persistindo em condições difíceis, aos Avá favorece a manutenção da flora, fauna e outros recursos naturais com que estão habituados. Este é o sentido de parceria mútua que deve prevalecer.

## POR UMA PROSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL

O conceito de desenvolvimento sustentável tem um inequívoco componente de globalidade: preocupa-se com as inter-relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, inclui o propósito de superação da miséria em escala global, tem por referências a saúde ambiental do planeta e o atendimento adequado das necessidades humanas. Concebe ademais que o aproveitamento presente dos recursos ambientais não deve comprometer as gerações futuras.

Esse conceito pode e deve ser usado para iluminar as discussões sobre questões de âmbito regional. É uma referência que adquiriu legitimidade internacional nos últimos anos e nos permite questionar as políticas de desenvolvimento das regiões centrais do país encetadas na últimas décadas no que têm de geradoras de processos caóticos de urbanização, concentração de propriedade, depauperação ambiental e aumento da pobreza.

Esse tipo de crítica, se localizado na época em que tais projetos para o Centro-Oeste foram concebidos e implementados, teria uma cor ideológica marcada. Superada a guerra fria, recolocaram-se os parâmetros de debate: o desenvolvimento sustentável absorveu as preocupações com justiça social dando-lhe uma conexão ambiental. A idéia de desenvolvimento sustentável tem, ademais, um componente de racionalidade na exploração dos recursos naturais, opondo-se a concepções de atuação econômica de caráter imediatista.

Disso resulta que, do ponto de vista destas preocupações contemporâneas, aquelas políticas de desenvolvimento que foram aplicadas ao Centro-Oeste são caracterizáveis como inadequadas e contraproducentes.

É notório, por exemplo, que tais políticas evitaram envolver-se com questões afetas aos direitos das populações indígenas, deixando-a por conta do órgão indigenista oficial, como se os povos indígenas pudessem ser colocados numa categoria externa às realidades sociais e ambientais sobre as quais se procurava atuar.

Os Avá estiveram ausentes das preocupações quando essas políticas de desenvolvimento foram formuladas. A tônica da atuação do indigenismo oficial em relação a eles foi, nesse período, evitar que entrassem em choque com as frentes regionais de colonização, quando essa atuação não foi pura e simplesmente motivada por interesses regionais que se julgavam prejudicados pelos Avá.

Consideradas as preocupações atuais com o desenvolvimento sustentável, vê-se que houve uma alteração profunda da concepção da relação entre desenvolvimento e povos indígenas, na medida em que se considera impossível separar recursos ambientais de recursos humanos.

Valorizam-se ademais os conhecimentos nativos de sobrevivência baseada em ambientes ecológicos específicos, tanto quanto os recursos físicos do meio. Reconhecer seus direitos à terra e aos recursos naturais que permitem seu modo de vida, tomar providências para melhorar seu bem-estar, são pontos considerados fundamentais, no interesse de sua sobrevivência e do patrimônio de humanidade que representam.

Esses são elementos que servem para apontar a distância entre as políticas de desenvolvimento até aqui encetadas e as preocupações de desenvolvimento sustentável. A superação dessa distância depende obviamente das decisões políticas que a sociedade brasileira venha a tomar e dos projetos globais que venham a ser produzidos para o desenvolvimento da região.

O compromisso de FURNAS com os Avá pode ser visto como sinalizador de uma política de desenvolvimento sustentável para a região. Respeita o povo indígena não só por seu valor humano em si, mas também pelo benefício de longo prazo que pode lhe advir de uma parceria com ele, e procura conciliar um projeto fundamental para o desenvolvimento econômico com uma interferência prudente no meio ambiente.

FURNAS Centrais Elétricas S.A. assume assim uma atitude pioneira, sintonizada com a construção de um futuro digno para todos os envolvidos na promoção do desenvolvimento de que faz parte.

# 7 DOS COMPROMISSOS DE FURNAS

---

---

*Este capítulo enuncia os compromissos estabelecidos entre FURNAS Centrais Elétricas S.A. e os Avá-Canoeiro, com intermediação da FUNAI, como forma de ressarcimento e compensação a esses índios pelo uso de recursos hídricos existentes em suas terras. Pondera sobre os termos da Constituição que impõe a autorização do Congresso Nacional para o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Formula oito compromissos que FURNAS se propõe em relação aos Avá-Canoeiro. Para cada um deles deve haver um conjunto de ações direta ou indiretamente desencadeadas por FURNAS. Um dos compromissos fundamentais é o reconhecimento da legitimidade do povo Avá-Canoeiro às terras em que vivem e à área reservada pela FUNAI. Agirá no sentido de cooperar com a demarcação dessas terras, e, em parceria com a FUNAI, protegê-las e garanti-las ad perpetuum aos Avá-Canoeiro. Reconhece que os pequenos grupos Avá-Canoeiro têm possibilidade de se reconstituir como um povo, e se compromete a ajudar na tarefa de interconectá-los através do trabalho antropológico e indigenista junto com o órgão indigenista brasileiro. A proteção ambiental às terras, ao lago formado pela barragem e aos rios também é compromisso de FURNAS. Acima de tudo, FURNAS se compromete com os Avá-Canoeiro em todos os pontos apresentados e com outros que venham a ser acertados em parceria com a FUNAI, pelo período de operacionalidade da usina. Todo esse relacionamento será feito num espírito de bona fide. É com a afirmação desses compromissos que FURNAS se legitima perante a Nação para operar uma usina hidrelétrica com influência em terra indígena.*

---

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Serra da Mesa, com todas as suas decorrências técnicas e conseqüências econômicas, é uma realidade que já não pode voltar atrás. Ele proporcionou o ingresso, numa região pobre e isolada do norte do estado de Goiás, de altos investimentos financeiros, bem como a mobilização de milhares de técnicos e trabalhadores especializados e não especializados. Tudo isso vem provocando uma mudança substancial no panorama geográfico, econômico, cultural e político de toda aquela região, que compreende diretamente os municípios de Campinaçu, Minaçu, Niquelândia, Colinas do Sul e indiretamente dezenas de outros. A economia e todo o *modus vivendi* da região estão sendo afetados. Sob uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, as novas atividades econômicas são intencionadas para promover não só a produção de energia, mas também contribuir para o bem-estar de seus habitantes, de uma forma permanente.

Tal perspectiva inclui, em especial, os índios Avá-Canoeiro, aqueles que vivem no território em processo de demarcação e mais ainda os que estão na região que denominamos de território histórico. Vivendo em pequenos bandos, fugindo de perseguições e invasões de suas pequenas áreas de refúgio, eles correm o perigo de extinção iminente.

O pedido de autorização ao Congresso Nacional do uso dos recursos hídricos dessa região se assenta na assunção por parte de FURNAS Centrais Elétricas S.A. da responsabilidade de preservar as condições de sobrevivência e bem-estar dos Avá-Canoeiro.

Estas intenções estão fundadas nos mais altos ensejos da sociedade brasileira e nas reflexões mais profundas de eminentes juristas brasileiros, em particular o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Rezek. Na conceituação do Ministro Rezek, o direito do índio à terra que habita é o mais sagrado direito determinado pela Constituição, independente dela ser considerada um bem da União. Por sua vez, qualquer uso de recursos hídricos e minerais em terras indígenas deve ser exercido de forma excepcional e sempre com a avaliação e autorização do Congresso Nacional. A partir dessas considerações tão pertinentes, emitidas num seminário promovido em setembro de 1993 pela Procuradoria Geral da República, e com a determinação que caracteriza sua história, é que FURNAS Centrais Elétricas S.A. busca tornar constitucional seu empreendimento hidrelétrico e seu papel em relação às terras e

aos Avá-Canoeiro. Assim, esta Peça Antropológica conclui com a formulação dos seguintes compromissos.

## PRIMEIRO COMPROMISSO

O primeiro compromisso de FURNAS para com os Avá-Canoeiro advém do reconhecimento absoluto e indeclinável, por força constitucional e por identificação histórica, de que parte do território sobre o qual está sendo implantado o AHE Serra da Mesa, é de posse inalienável e de usufruto exclusivo dos Avá-Canoeiro. O AHE Serra da Mesa só se legitima a partir desse reconhecimento. Além do mais, esse reconhecimento deve se realizar na prática com a atitude assumida cotidianamente de *bona fide* da parte de FURNAS em relação à presença dos Avá-Canoeiro como seus hospedeiros e vizinhos. Em nenhum momento e sob nenhum pretexto pode surgir qualquer dúvida nem qualquer ação que interfira sobre a legitimidade da presença dos Avá-Canoeiro.

## SEGUNDO COMPROMISSO

Tal reconhecimento resulta no segundo compromisso de FURNAS, que é com a preservação, defesa e garantia da Terra Indígena Avá-Canoeiro. Sabendo que as injunções políticas e as pressões sociais sobre essa Terra se acirraram nos últimos tempos, em larga medida devido à construção do projeto hidrelétrico, FURNAS considera seu dever envidar esforços, em parceria com a FUNAI, e recursos financeiros para que o território consignado aos Avá-Canoeiro seja preservado de poluição industrial, mineral ou agrícola e protegido para que não venha a sofrer assédio e invasões por parte de interesses agrários, minerais ou econômicos de qualquer natureza.

## TERCEIRO COMPROMISSO

FURNAS antecipa que o lago que se formará com a enchente da barragem inundará cerca de 10% da Terra Indígena Avá-Canoeiro, acarretando não somente perda de terras como também impactos ambientais permanentes. Daí advém o terceiro compromisso que é com a reparação das terras que serão inundadas, a serem definidas em acordo com a FUNAI, na medida e proporção adequadas aos Avá-Canoeiro.

## QUARTO COMPROMISSO

Da mesma forma, e este é o seu quarto compromisso, FURNAS se compromete a obter os meios científicos, tecnológicos e de outra natureza para amenizar, diluir, ou solucionar os impactos ambientais que resultem da formação desse lago, bem como a adição de novos elementos de importância alimentar para os Avá-Canoeiro, a exemplo da piscicultura.

## QUINTO COMPROMISSO

Está previsto, outrossim, que, por um período de quinze a dezoito meses, o curso do rio Tocantins a jusante da barragem ficará praticamente sem nenhuma corrente de água. Lagoas e acúmulos de água poderão acarretar mudanças no quadro de vetores de doenças nesta área. FURNAS declara como seu quinto compromisso usar de todos os recursos tecnológicos acessíveis para diminuir os efeitos nocivos e as possíveis conseqüências deletérias para a saúde e o bem-estar dos Avá-Canoeiro. De antemão ela vem mobilizando esforços para que o atual posto indígena que serve ao grupo Avá-Canoeiro liderado por Iawi seja transferido para um local adequado, antecipando ainda a necessidade de localização de outros sítios que possam servir de abrigo para outros grupos locais.

## SEXTO COMPROMISSO

O sexto compromisso de FURNAS é com o respeito e o acatamento à representatividade política dos Avá-Canoeiro. É certo que, nestes tempos de dispersão dos grupos Avá-Canoeiro, não se pode considerar plausível que haja uma vontade geral e uma consciência clara e ampla dos Avá-Canoeiro em relação aos fatores que envolvem a sua existência. Por isso é que, momentaneamente, *outros* falam e decidem pelos Avá-Canoeiro. Em algum futuro próximo os Avá-Canoeiro deverão assumir sua autonomia política no relacionamento com FURNAS e o AHE Serra da Mesa.

Reconhecer a preeminência dos Avá-Canoeiro e do seu território implica o reconhecimento mais amplo de que esse povo constitui uma cultura e uma sociedade *sui generis* tanto do ponto de vista histórico quanto de sua sobrevivência atual. Os Avá-Canoeiro controlavam toda uma vasta área do alto rio Tocantins, do qual a presente Terra Indígena não é mais que uma pequena fração. Por não se submeter ao domínio luso-brasileiro, os Avá-Canoeiro foram perseguidos e massacrados. Hoje somam entre trinta e cinco a quarenta indivíduos distribuídos em seis grupos dos quais apenas dois vivem sob a tutela da FUNAI e um deles mora na terra estabelecida.

## SÉTIMO COMPROMISSO

Disso advém o sétimo compromisso de FURNAS, que é de investir esforços de toda ordem possível para promover as condições reais de sobrevivência física e cultural dos Avá-Canoeiro, com a possível e necessária identificação e eventual integração dos grupos distintos. Para tanto é preciso que se delinee um corpo de conhecimento básico sobre os Avá-Canoeiro, o qual deve ser integrado e absorvido por FURNAS, para estabelecer os princípios norteadores de sua ação para-indigenista, capaz, inclusive, de antever as conseqüências indiretas sobre o povo Avá-Canoeiro. FURNAS deve se capacitar para se relacionar com clareza e objetividade com a FUNAI e com a tradição indigenista brasileira de modo a otimizar suas ações.

Entre tantos objetivos a serem alcançados um deles é de ordem étnica. Os Avá-Canoeiro só sobreviverão como etnia capaz de carregar uma cultura própria se conseguirem recompor a sua sociedade através do inter-relacionamento dos

grupos atuais. Dado o fato de que quatro desses grupos estão em condições de isolamento uns dos outros é preciso mediar esse inter-relacionamento propositalmente. Uma segunda ordem de atenção deve ser dada às condições culturais e econômicas desse inter-relacionamento. É possível que a transferência de alguns dos grupos isolados para o território demarcado se faça necessária a curto prazo, a não ser que haja condições de demarcação de outras parcelas do território histórico. É preciso que se saiba com muita antecipação onde um novo grupo contatado deve viver e em que condições. Uma terceira ordem de preocupação deve ser com a saúde de cada um dos índios sobreviventes. Como são pouquíssimos o objetivo deve ser manter um índice zero de mortalidade infantil e próximo de zero de morbidade.

Ao internalizar, na sua ação operativa, a questão dos Avá-Canoeiro, FURNAS passou a se posicionar com uma atitude de respeito e equanimidade para com esse povo indígena, sem cair em atitudes baseadas em visões simplistas e de dito bom senso, como sói acontecer em tantos casos de relacionamento de empreendimentos econômicos com povos indígenas.

Todos esses compromissos compõem o que se pode chamar de critérios para uma justiça compensatória-retributiva. Motivada pelo reconhecimento da injustiça histórica sofrida pelos povos indígenas na formação do Brasil, ela age em favor dos povos indígenas e equaciona a possibilidade de um relacionamento equânime entre as necessidades de desenvolvimento do Brasil e as necessidades básicas de sobrevivência e continuidade histórica dos índios.

## OITAVO COMPROMISSO

De um ponto de vista mais amplo, FURNAS se posiciona com a convicção de que sua atuação na região do AHE Serra da Mesa alcançará um grau maior de legitimidade - e este é o seu oitavo compromisso - ao pautar as suas ações pelo objetivo de produzir o desenvolvimento sustentável na região. Isto quer dizer, um desenvolvimento que reponha as riquezas físicas utilizadas e promova os meios que diminuam as diferenças sócio-econômicas entre as pessoas. Um empreendimento hidrelétrico, por sua própria natureza e durabilidade, tende a produzir efeitos econômicos permanentes, o que é positivo. Por outro lado, após a implantação e operação da usina hidrelétrica, é desejável, tanto para os objetivos da empresa quanto

dos próprios índios, que não se introduzam outras ações que possam perturbar o meio ambiente. A preservação das condições etnoecológicas significa, em termos concretos, a constituição de uma faixa de proteção que conserve o revestimento florístico e absorva os efeitos negativos da ocupação regional sobre o território indígena.

Para obter esses objetivos FURNAS Centrais Elétricas S.A deve estruturar a sua estratégia de investimentos com o objetivo de proporcionar condições factíveis para que os valores humanos que caracterizam aquela região sejam considerados na mesma proporção de interesse e diligência que os fatores propriamente econômicos. Dessa forma podemos ter certeza de que a vida dos Avá-Canoeiro será melhor do que tem sido até hoje.

## BIBLIOGRAFIA

- ADONIAS, Isa. *A Cartografia da Região Amazônica*. Rio de Janeiro: CNPq/INPA, 1963. 2v.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *A Carolina ou A Definitiva Fixação de Limites entre as Províncias do Maranhão e de Goyaz*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães, 1852.
- AUCÊ, José. Aventuras de um índio que se tornou sertanista. *Revista Atualidade Indígena*, Brasília, v.3, n.19, nov./dez. 1979.
- AUDRIN, José M. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- AZEVEDO, João Lucio d'. *Cartas ao Padre Antonio Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925-28. 3v.
- BALDUS, Herbert. *Tapirapé, tribo tupi no Brasil Central*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1970.
- BRASIL.SUDECO. II Plano de Desenvolvimento. *Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, 1975/1979*. Brasília, 1975.
- CEDI/Museu Nacional. *Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI, 1987.
- COELHO, João. *Mappa Geral dos Estados Unidos do Brazil*. Buenos Aires: Liv. Allemã Ernst Nolte, 1891.
- COTRIM, JOHN R. *A História de FURNAS*. Rio de Janeiro: FURNAS Centrais Elétricas, 1994. v.1: Das origens à fundação da empresa.
- COUTO DE MAGALHÃES, J. V. *Memoria sobre Colônias Militares Nacionaes e Indígenas*. Rio de Janeiro: Typ. de Reforma, 1875.
- \_\_\_\_\_. *Primeira Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Typ. do Federalista, 1889.
- DOLES, D.E.M. *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Goiânia: Ed. Oriente, 1973.
- GALLAIS, Pe. Estevão M. *Entre os índios do Araguaia*. Salvador: Liv. Progresso Ed., 1954.
- GOMES, Mercio Pereira. *Os Índios e o Brasil*. 2. ed. Petrópolis:Vozes, 1991.
- GUEDES, L.C.A. *Condicionantes da Distribuição de Renda na Agricultura de Goiás em 1980*. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz USP (TM), 1992.
- HOEFLICH, V.A. et al. *Sistema de Produção Agrícola no Cerrado*. Brasília: Embrapa, 1976.
- IBGE. *Geografia do Brasil*. Volume 1. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1988.

\_\_\_\_\_. *Região do Cerrado: Uma Caracterização do Desenvolvimento do Espaço Rural*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1979.

\_\_\_\_\_. *VIII Recenseamento Geral do Brasil 1970*. Série Regional, Vol. I, Tomo XXIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973

\_\_\_\_\_. *IX Recenseamento Geral do Brasil 1980*. Vol. I. Tomo 4, nº 25. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1982.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil 1994*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

\_\_\_\_\_. *VII Recenseamento Geral do Brasil 1960*. Série Regional, Vol. I. Tomo XVIII. Rio de Janeiro; IBGE, sdp

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 1991*. Número 8. Tocantins. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sdp

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 1991*. Número 27. Goiás. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sdp

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico. Estado de Goiás, 1950*. Série Regional, Vol. XXX, Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1956

LEBEL, G.G., KANE, H. *Sustainable Development. A Guide to Our Common Future*. Geneva: The Centre for Our Common Future, 1990.

MACHADO, P.A.L. Regulamentação do estudo de impacto ambiental. *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

MALHEIRO, A. Perdigão. *A Escravidão no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1976. v.1.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Geraes e Goyaz*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1856. 2v.

MEIRELLES, A. & MEIRELLES, D. O Conhecimento dos Avá-Canoeiro. *Boletim Informativo FUNAI*, Brasília, v. 9/10, p. 15-21, 1973-74.

MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des Américanistes*, Ns, Paris, v.19, 1927.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil*. Vol. IV (1ª parte). População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

MINTER. PRODIAT. *Programação do Desenvolvimento Industrial para a Região do PRODIAT*. Brasília, ago. 1985.

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico da Bacia do Araguaia-Tocantins*. Brasília, out.1982, vol.1: Introdução, Regionalização, Síntese e Perspectivas. Vol. 2 Recursos Naturais. Vol.3 Sócio-Economia.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Política Indigenista Brasileira no século XIX*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo, 1971.

\_\_\_\_\_. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria - 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOREIRA PINTO, Alfredo. *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1864.

MUELLER, C.C. Centro-Oeste: evolução, situação atual e perspectivas de desenvolvimento sustentável; In VELLOSO, J.P.R. *A Ecologia e o Novo Padrão de Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. Políticas governamentais e expansão recente da agro-pecuária no Centro-Oeste. *Planejamento e Política Pública*, v. 3, p.45-74, 1990.

NIMUENDAJU, Curt. *The Serente*. Publications of the Frederick Webb Hodge, IV, Los Angeles, The Southwest Museum, 1942.

\_\_\_\_\_. *Textos Indigenistas*. São Paulo: Loyola, 1982.

\_\_\_\_\_. *Mapa Etno-Histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

OLIVEIRA, Américo Leonides Barbosa de. *O Vale Tocantins Araguaia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *Avá-Canoeiro: a história do povo invisível - séculos XVIII e XIX*. Tese de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Povo Invisível: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: UCG, 1994.

RODRIGUES, Aryon D. Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani. *Rev. Antropologia*, São Paulo, v. 27/28, p. 33-53, 1984/85.

SCHWARTZMANN, S. & MALONE, M. Os bancos multilaterais de desenvolvimento e setor energético. In: *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

SILVA, José Afonso da. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. In: SANTILLI, J. (coord.). *Os Direitos Indígenas e a Constituição*. Porto Alegre: Núcleo de Direitos Indígenas e Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

SILVA E SOUZA, Luiz Antonio da. Memória do Descobrimento e Cousas mais Notáveis da Provincia de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: v. 12, 1851.

SOUZA Fº, C.F.M. Os Direito Envergonhado: o direito e os índios no Brasil. In: GRUPIONI, L.D.B. (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

TORAL, André A. Os Índios Negros ou Os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27-28, p. 287-325, 1984/1985.

WAGLEY, Charles. *Lágrimas de Boas Vindas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. 1987.

DOCUMENTOS DO IPARJ APRESENTADOS ÀS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRÁS

1988. O Universo Indígena no Brasil. Relatório Parcial nº 1, 18.01.1988. 114p.

1988. Campo do Indigenismo Brasileiro. Relatório Parcial nº 2, 08.02.1988. 108p

1988. Relatório Conclusivo da Primeira Etapa de Trabalho. 8.03.1988. 15p.

1988. Estudo dos Casos Paradigmáticos de Relacionamento entre o Setor Elétrico e os Índios no Brasil. Relatório Conclusivo da Segunda Etapa de Trabalho, 20.07.1988. 188p

1988. Estudo e Fundamentos para a Produção de Diretrizes do Relacionamento do Setor Elétrico com Povos Indígenas. Relatório Final, 16.11.1988. 85p.

1989. Povos Indígenas, suas Populações e Áreas, e os Graus de Impacto provocado pelas Usinas Hidrelétricas compreendidas no Plano 2010. Relatório da Primeira Etapa de Trabalho, 31.08.1989. 114p.

1989. Hidrelétricas e Índios: Quatro Breves Estudos de Caso. 30.10.1989. 90p.

1989. Diretrizes para o Relacionamento do Setor Elétrico com os Povos Indígenas do Brasil. Estudos, fundamentos, normas e avaliações. Relatório Final, 31.10.1989. 162p.

RELATÓRIOS E MANUSCRITOS

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI.

1930. Relatório do Serviço de Proteção aos Índios no Estado de Goyaz, relativo ao ano de 1929, elaborado pelo encarregado Alencarliense Fernandes da Costa, 30.01.30. (Filme 314, fotograf. 2540-1546)

1946. Cópia do relatório que apresenta o Sr. Efigênio Bezerra, encarregado do Posto dos Canoeiros, em Serra da Tromba, ao Sr. Diretor do mencionado Serviço, sobre as atividades da mesma, durante o ano de 1946, 31.12.46. (Filme 270, fotograf. 913-916)

1950. Informação contida no relatório de Carlos Olympio Paes, chefe da IR 8, 24.01.50 (Filme 342, fotograf. 680-681).

1964. Ofício nº 177/64 do chefe da 8ª ININD, Augusto de Souza Leão, ao Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, 09.09.64.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI.

1972. Relatório do chefe da expedição Avá-Canoeiro, Israel Praxedes Batista, encaminhado ao chefe da D.R.7, Ivan Baiocchi, em 25.07.72.

1972. Relatório do chefe da expedição Avá-Canoeiro, Israel Praxedes Batista, ao delegado da 7ª D.R., Ivan Baiocchi, em 05.09.72.

1972. Relatório dos serviços realizados na Frente de Atração Avá-Canoeiro - F.A.A.C., elaborado por Gilvan Brandão Silva, out. 1981.

1982. Relatório-sugestão AJARINA/82 elaborado pelo chefe da Ajudância de Araguaína, Antonio João de Jesus, em 22.11.82.

1982. Relatório dos resultados da expedição do aparecimento dos índios Avá-Canoeiro, no rio Paranã, elaborado pelo auxiliar da Frente de Atração, Gilvan Brandão Silva, novembro de 1982.

1982. Relatório sobre os índios arredios Avá-Canoeiro, elaborado por Arthur Mendes em 28.12.82.

1983. Processo nº 253/83 relativo à regularização fundiária da Terra Indígena Avá-Canoeiro.

1987. Relatório de viagem nº001/87 à Área Indígena Avá-Canoeiro, realizada pelo técnico em agrimensura de 6ª SUER, Elves Pedro Martins, em 05.02.87.

1987. Projeto de reativação do sistema de proteção Avá-Canoeiro elaborado pelo técnico indigenista Wellington Gomes Figueiredo e encaminhado ao presidente da FUNAI em 05.08.87

1990. Relatório da invasão na Área Avá-Canoeiro elaborado pelo chefe do PIN, João Batista Cruz de Araújo, em 10.04.90.

1994. Memorando nº 47/DII/94 do chefe do Departamento de Índios Isolados encaminhado à Diretoria de Assuntos Fundiários em 01.03.94.

#### FURNAS - Centrais Elétricas S.A.

1986. Convênio 023/86 de 26.11.86 celebrado entre a Fundação Nacional do Índio e FURNAS Centrais Elétricas S.A.

1994. Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa. Projeto Básico Ambiental. Versão Preliminar. Março de 1994.

1995. AHE de São Félix - Usina de Serra da Mesa. Relatório Gerencial - DGS.T - DTSM.T/SEPC-001, maio 1995.

S/d. Lt 230 kV Niquelândia-Serra da Mesa I.

S/d. Pacto - Programa Avá-Canoeiro Tocantins. Sub-Programas. Convênio n. 10.323 FURNAS/FUNAI

S/d. Travessia na Reserva Indígena Avá-Canoeiro.

S/d. AHE de Serra da Mesa. Informações Gerais sobre o Empreendimento.